



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

**PRESTAÇÃO DE CONTAS
EXERCÍCIO FINANCEIRO - 2011**

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
(Mensagem nº 23/2012 - CN - nº 317, de 2012, na origem)

ANO LXVII – SUP. “F” AO Nº 44 – QUARTA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)		3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP)		4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS) ^(3,4)		SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) ^(1,5,6,7)
1º SECRETÁRIO Cicero Lucena - (PSDB-PB)		2º - João Durval - (PDT-BA)
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²		3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
		4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PS/C/PV) - 26	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15
Líder Renan Calheiros - PMDB ----- Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jacá ⁽⁴⁶⁾ Sérgio Souza ⁽²⁸⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia ⁽¹²⁾ Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ⁽¹⁷⁾ Líder do PV - 1 Paulo Davim	Líder Walter Pinheiro - PT ^(22,27) Vice-Líderes Acir Gurgacz Lídice da Mata ^(38,39) Inácio Arruda Eduardo Lopes ^(37,43) ----- Líder do PT - 13 Walter Pinheiro ^(22,27) Vice-Líderes do PT Wellington Dias ⁽²⁸⁾ Lindbergh Farias ⁽²³⁾ Ana Rita ⁽²⁴⁾ Anibal Diniz ⁽²⁶⁾ Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Pedro Taques ⁽²¹⁾ Líder do PSB - 4 Lídice da Mata ^(38,39) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares ⁽²⁹⁾ Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes ^(37,43)	Líder Jayme Campos - DEM ⁽²⁵⁾ Vice-Líderes Cyro Miranda ⁽³⁴⁾ Flexa Ribeiro ^(6,32) Lúcia Vânia ⁽³³⁾ Mário Couto ⁽³⁵⁾ Paulo Bauer ^(7,31) ----- Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽³⁾ Paulo Bauer ^(7,31) Flexa Ribeiro ^(6,32) Líder do DEM - 5 José Agripino ^(218,14,45,46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽²⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR) - 12 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Blairo Maggi ⁽¹⁹⁾ Alfredo Nascimento ⁽⁴¹⁾ João Vicente Claudino ----- Líder do PTB - 6 Gim Argello Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozartildo Cavalcanti Líder do PR - 6 Blairo Maggi ⁽¹⁹⁾ Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento ⁽⁴¹⁾	Governo Líder Eduardo Braga - PMDB ⁽³⁸⁾ Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata ^(38,39) Jorge Viana Vital do Rêgo	PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD ^(11,13) Vice-Líder Sérgio Petecão
Vicentinho Alves ⁽⁴²⁾		
PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL ⁽¹⁸⁾		

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 29/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) designa-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.120/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o OF. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSNB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLPDT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 055/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jacá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Pékoto Diretora-Geral do Senado Federal	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações	Maria Amélia Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata
José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

OFÍCIO Nº 23/2012 – CN
(Ofício nº PGR/GAB/Nº 317, de 2012, na
origem)

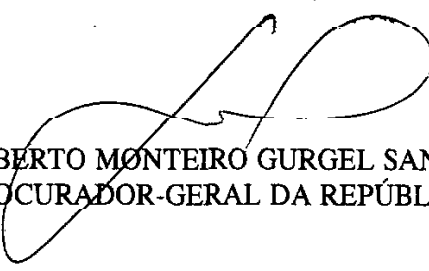
OFÍCIO PGR/GAB/Nº 317

Brasília, 29 de março de 2012.

Senhor Presidente,

Cumprindo determinação expressa no § 3º do art. 23 da Lei Complementar nº 75/1993, no art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000 e no art. 101 da Lei nº 12.309/2010, encaminho a Vossa Excelência o relatório da Prestação de Contas do Ministério Público da União, referente ao exercício de 2011.

Atenciosamente,


ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Congresso Nacional
Brasília-DF

*Márcio (210970) recebeu
este original em 29-3-2012
às 17:33hs.*

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

» » » » » » » » **PRESTAÇÃO DE CONTAS – 2011**

LEI COMPLEMENTAR Nº 75/1993 – ART. 23, § 3º

LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 – ART. 56

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (Lei nº 12.381/2011) E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	4
2.1 . Dotação e Execução Orçamentária	4
2.2 Despesa por Função / Subfunção	5
2.3 Despesa por Programa	6
2.4 Despesa por Unidade Orçamentária	25
2.5 Despesa por Grupo de Natureza de Despesa	27
2.6 Despesa no GND 1 – Pessoal e Encargos Sociais	28
2.7 Despesa no GND 3 – Outras Despesas Correntes	29
2.8 Despesa no GND 4 – Investimentos	31
2.9 Despesa no GND 5 – Inversões Financeiras	33
2.10 Execução dos Restos a Pagar.....	33
3. GESTÃO FISCAL	35
3.1 Despesa Total com Pessoal	35
3.2 Disponibilidade de Caixa	38
3.3 Restos a Pagar Inscritos.....	39
3.4 Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	40
4. DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS	41
4.1 Balanço Orçamentário	41
4.2 Balanço Financeiro	42
4.3 Balanço Patrimonial	43
4.4 Demonstrativo das Variações Patrimoniais	44
4.5 Composição das Disponibilidades Financeiras.....	45
4.6 Critérios Contábeis Adotados	46
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
6. ANEXO (Aviso TCU nº 08/2011 – Gab. JM)	48

1. INTRODUÇÃO

Este relatório é peça documental da Prestação de Contas Anual do Ministério Público da União, apresentada em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 23 da Lei Complementar nº 75/1993, no art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e no art. 101 da Lei nº 12.309/2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para 2011).

As informações relativas à execução dos créditos orçamentários consignados na Lei Orçamentária Anual – LOA de 2011 (Lei nº 12.381/2011) e dos créditos adicionais editados no âmbito do Ministério Público da União foram obtidas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e dos Relatórios de Gestão Fiscal – RGF.

Já a execução física e os comentários dos resultados alcançados pelos programas sob responsabilidade do Ministério Público da União foram extraídos diretamente do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPlan, tendo em vista a atualização da meta prevista e realizada promovida pelas unidades administrativas responsáveis pelas ações em cada ramo do MPU e na Escola Superior do MPU, em observância ao estabelecido no art. 18 da Lei nº 11.653/2008 (Plano Plurianual – PPA 2008/2011).

Na elaboração do presente relatório foi observada a solicitação do Tribunal de Contas da União, feita por intermédio do Aviso nº 08/2011 – Gab. JM, de 1º/11/2011, no sentido de que fossem encaminhadas as informações relevantes sobre a execução orçamentária e das demonstrações contábeis, a fim de subsidiar o relatório das Contas do Governo da República.

2. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LEI Nº 12.381/2011) E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 DOTAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A LOA de 2011 consignou para o Ministério Público da União dotação inicial de R\$ 3.845.697.505,00, alterada durante o exercício para o montante de R\$ 3.894.978.505,00. A despesa orçamentária teve a seguinte composição:

DOTAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2011 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

(Em R\$ 100)						
Categoria Econômica Grupo de Natureza de Despesa	LOA 2011	Dotação Autorizada	Destaque Recebido	Execução da Despesa	Destaque Concedido	Contingenciamento Orçamentário
Despesas Correntes	3.551.906.529	3.542.210.691	1.777.359	3.498.606.367	1.060.552	140.001
Pessoal e Encargos Sociais	2.891.196.576	2.903.932.576		2.876.565.518		
Outras Despesas Correntes	660.707.953	638.278.115	1.777.359	620.040.849	1.060.552	140.001
Despesas de Capital	293.790.976	352.767.814		310.946.956	2.246.326	15.497.592
Investimentos	258.452.740	258.090.632		217.059.771	2.246.326	15.497.592
Inversões Financeiras	34.336.236	101.727.182		96.887.182		
Total	3.845.697.505	3.894.978.505	1.777.359	3.809.553.323	3.306.878	15.637.593

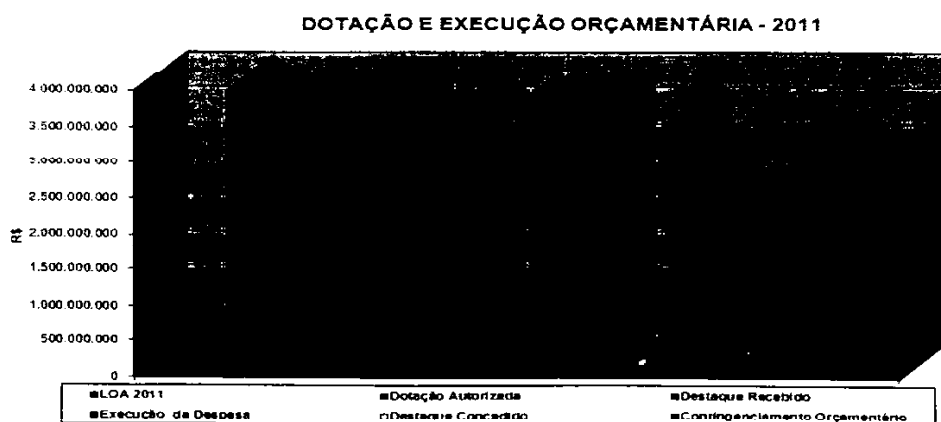
Fonte: SIAFI

A dotação autorizada (LOA 2011 mais créditos adicionais) no montante de R\$ 3.894.978.505,00 apresenta um acréscimo de R\$ 49.281.000,00 (1,28%) em relação ao valor fixado pela lei orçamentária. As Unidades Gestoras do MPU realizaram dispêndios no total de R\$ 3.809.553.323,00, correspondendo a 97,8% da dotação autorizada.

Para abertura de créditos adicionais foram utilizados R\$ 7.250.000,00 de superávit financeiro e R\$ 770.000,00 de excesso de arrecadação. Além disso, foram remanejados créditos especificados em Outras Despesas Correntes (R\$ 22.329.838,00) e Investimentos (R\$ 8.412.108,00).

Na coluna "Execução da Despesa" constam os valores da liquidação da despesa e os decorrentes da inscrição de restos a pagar não processados, nos termos do inc. II do § 1º do art. 94 da LDO para 2011.

No gráfico abaixo é representada essa distribuição:



O Ministério Público da União recebeu R\$ 1.767.542,00 do Conselho Nacional do Ministério Público, nas atividades "Assistência Médica e Odontológica", "Comunicação e Divulgação Institucional", "Capacitação de Recursos Humanos" e "Controle da Atuação Administrativa e Financeira do Ministério Público".

A descentralização externa de créditos foi de R\$ 3.306.878,00 e destinou-se, principalmente, ao custeio de despesas que o Ministério da Defesa – Comando do Exército teve com a elaboração de projeto básico de arquitetura e fiscalização técnica de obras do MPU.

2.2 DESPESA POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

Segundo o Manual Técnico de Orçamento – MTO, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF, a classificação funcional busca responder basicamente à indagação "em que" área de ação governamental a despesa foi realizada, sendo composta de funções e subfunções prefixadas que servem como agregador dos gastos públicos.

EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO EXERCÍCIOS DE 2010 E 2011

		(Em R\$ 100)					
Função	Subfunção	Execução 2010	% Total	Execução 2011	% Total	% 2011/2010	
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	062 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	2.425.677.938	68,5%	2.531.824.623	86,5%	10,38%	
	091 - Defesa da Ordem Jurídica	1.439.518	0,0%	2.493.084	0,1%	73,19%	
	122 - Administração Geral	474.810.393	13,4%	601.359.758	20,5%	26,65%	
	125 - Normatização e Fiscalização	1.394.055	0,0%	8.688.966	0,2%	17,51%	
	128 - Formação de Recursos Humanos	7.911.482	0,2%	9.718.225	0,3%	22,84%	
	131 - Comunicação Social			6.384.632	0,2%		
	301 - Atenção Básica	31.699.908	0,9%	38.004.148	1,0%	19,89%	
	306 - Alimentação e Nutrição	100.221.947	2,8%	112.118.235	3,7%	11,57%	
	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2.484.392	0,1%	2.219.562	0,0%	-10,67%	
	365 - Educação Infantil	11.841.557	0,3%	16.464.092	0,5%	39,39%	
	422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos			9.816	0,0%		
	571 - Desenvolvimento Genético	51.984	0,0%	263.035	0,0%	506,19%	
	Subtotal	3.063.533.174	86,5%	3.329.547.680	87,4%	8,70%	
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	272 - Previdência do Regime Estatutário	477.468.069	13,5%	409.999.113	12,6%	-14,35%	
48 - ENCARGOS SOCIAIS	846 - Outros Encargos Sociais	6.128	0,0%	26.531	0,0%	432,95%	
Total		3.541.007.363	100%	3.809.553.323	100%	7,58%	

Fonte: SIAFI

Houve incremento de 7,58% na execução da despesa em relação ao ano de 2010, correspondendo, em valores absolutos, ao montante de R\$ 268.545.960,00. A função orçamentária "Essencial à Justiça" representa 87,4% das despesas executadas no exercício de 2011.

EXECUÇÃO DA DESPESA NA FUNÇÃO ESSENCIAL À JUSTIÇA POR SUBFUNÇÕES E GRUPOS DE DESPESA - 2011

		(Em R\$ 100)									
Subfunção		Pessoal e Encargos Sociais		Outras Despesas Correntes		Investimentos		Inversões Financeiras		Total	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
091 - Defesa da Ordem Jurídica				1.467.016	0,2%	1.026.068	0,5%			2.493.084	0,1%
062 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário		2.032.640.830	89,7%	422.244.034	68,1%	76.939.759	35,9%			2.531.824.623	86,0%
122 - Administração Geral		365.925.575	15,3%	11.527.484	1,9%	122.019.517	59,3%	96.887.182	100,0%	601.359.758	18,1%
- Demais Subfunções				184.795.786	29,8%	9.074.429	4,2%			193.870.215	5,8%
Total		2.398.566.405	100%	620.034.319	100%	214.059.773	100%	96.887.182	100%	3.329.547.680	100%

Fonte: SIAFI

Analisando a composição da função, verifica-se que a subfunção "Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário" possui 76% do total geral, sendo nesta alocadas 84,7% das despesas com pessoal e encargos sociais.

Cabe mencionar que R\$ 1.772.796,62 do montante executado na função "Essencial à Justiça" e no grupo de despesa "Outras Despesas Correntes" teve como origem os créditos recebidos (destaque) da Unidade Orçamentária: 59101 – Conselho Nacional do Ministério Público (R\$ 1.762.980,16) e da 30109 – Defensoria Pública da União (R\$ 9.816,46).

2.3 DESPESA POR PROGRAMA

A organização das ações do Governo sob a forma de programas visa proporcionar maior racionalidade e eficiência na administração pública, bem como aumentar a visibilidade dos resultados e benefícios gerados para a sociedade, ampliando a transparência na aplicação dos recursos públicos. Os programas são detalhados na LOA por ação orçamentária (atividades, projetos e operações especiais).

Em atenção à solicitação de informações feita pelo Sr. Ministro-Relator das Contas do Governo da República (Aviso nº 08/2011 – Gab. JM), são apresentados abaixo os resultados alcançados pelos programas 0581 (Defesa da Ordem Jurídica), 0089 (Previdência de Inativos e Pensionistas da União) e 0901 (Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais), sob responsabilidade do Ministério Público da União, destacando, para cada uma das ações deles integrantes: os montantes de recursos orçados, liquidados, pagos e inscritos em restos a pagar não processados, bem como as metas físicas previstas e realizadas, com os comentários relativos aos resultados observados.

Além disso, cabe ressaltar que as informações da dotação e execução orçamentária foram obtidas da SIAFI, enquanto a execução física e os comentários dos resultados alcançados em cada uma das ações orçamentárias foram extraídos diretamente do SIGPlan.

Por oportuno, convém esclarecer que neste tópico as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/1964;
- Inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II, da Lei nº 4.320/1964.

Programa 0581 - DEFESA DA ORDEM JURÍDICA**09HB0001 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34101 - MPF	229.811.269,00	233.865.819,00	211.650.543,34	211.650.543,84		199.528,72	
34102 - MPM	13.058.767,00	15.014.238,00	14.092.662,34	14.092.662,34		921.575,66	
34103 - MPDFT	47.906.560,00	48.363.180,00	46.354.622,89	46.354.622,89		2.008.557,11	
34104 - MPT	84.050.270,00	93.525.083,00	90.698.084,35	90.698.084,35		-	
TOTAL	374.829.871,00	390.768.320,00	362.795.913,42	362.795.913,42	3.129.661,49		

Não há previsão de execução física na LOA

Comentários

MPF - A projeção em dezembro corresponde ao dobro das despesas mensais por se tratar do mês em que se paga a patronal da gratificação natalina. A diferença entre a LOA-Créditos e a Previsão Corrigida corresponde a valores que podem ser remanejados entre os ramos do MPU (não se trata do valor da projeção realizada pelo MPF).

MPM - Autorização de Crédito Adicional no mês de Dezembro/11, no valor de R\$ 679.000,00 por meio da Port. 673/MPU/PGR, de 13-12-2011. Publicada no DOU de 14-12-2011.

MPT - Previsão corrigida superior à autorizada prevista na LOA devido a novos ingressos e progressões.

0C040001 - Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Pessoal Ativo

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34101 - MPF	33.468.000,00						

Não há previsão de execução física na LOA

Comentários

Na folha de pagamento do MPF não há separação dos pagamentos que se referem à criação e/ou provimento de cargos e funções e reestruturação de cargos, carreiras e revisão de remunerações. Após a nomeação os novos servidores passam a fazer parte da folha normal, bem como valores decorrentes da revisão de remunerações. Por este motivo anular-se-ão os créditos desta ação para abrir créditos adicionais da ação principal da folha de pagamento de pessoal.

10TY0101 - Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Aracaju - SE

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34101 - MPF	500.000,00	500.000,00	14.183,02	14.183,02	485.816,98	1%	0%

Comentários

Foi transferido para o presente exercício o valor de R\$ 156.271,25, referentes a restos a pagar do exercício 2007, relativos à contratação dos projetos executivos da nova sede do MPF/SE. Os valores executados no exercício 2011 referem-se ao pagamento dos projetos executivos do novo prédio-sede. A execução da obra será iniciada no exercício 2012.

110E0101 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Boa Vista - RR

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Previsão Atual / Realizada
34101 - MPF	300.000,00	300.000,00				3% / 0%

Comentários

ÁREA DE APROXIMADA DE 22.000 M² ESTÁ RESERVADA PELA SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO EM RORAIMA PARA A EDIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA LOCALIZADA EM BOA VISTA-RR. INFORMAMOS AINDA QUE ESTAMOS EM PROCESSO DE FORMALIZAÇÃO DA TRANSMISSÃO DO RESPECTIVO IMÓVEL. FOI REALIZADA, NO MÊS DE ABRIL, A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS E DE SONDAGEM NO TERRENO ACIMA DESCRITO NO VALOR DE R\$ 14.000,00 QUE ESTAVAM INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR DE 2008. ESTAMOS AGLARDANDO DEFINIÇÃO DA ÁREA EXATA A SER TRANSFERIDA AO MPU PELA GRUPO. ENCAMINHADA PEDIDO DE EMENDA PARLAMENTAR ATRAVÉS DA ALESSORIA PARLAMENTAR DA PGR NO VALOR DE R\$ 600.000,00 PARA O EXERCÍCIO DE 2012. A CEA GARANTIU, EM REUNIÃO COM A GERÊNCIA DO PROGRAMA, COORDENADOR DA AÇÃO E TÉCNICOS QUE O PROJETO BÁSICO FICARÁ PRONTO SOMENTE EM ABRIL DE 2012. FOI ENCAMINHADO A SPC (SR PAULO BRAVER) EM 10/06/2011 ENVIO COM ANEXO DO FORMULÁRIO COM PEDIDO DE EMENDA À DESPESA DA AÇÃO DE CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE EM BOA VISTA -RR CONFORME ACORDO VERBAL COM O EXMO. DEP. LUCIANO CASTRO DA BANCADA DE RORAIMA E DEVE SER ENCAMINHADO ATRAVÉS DO SR. JOSÉ APARECIDO DA ALESSORIA PARLAMENTAR DA PGR EM 10/07/11 AGLARDAMOS A INCLUSÃO DA AÇÃO POR MEIO DE EMENDA PARLAMENTAR NA LOA 2012 AGLARDANDO A PUBLICAÇÃO DA LEI DO PPA 2012 2015 PARA CONFIRMAR A INCLUSÃO DA RESPECTIVA AÇÃO NO PROGRAMA DO MPU, COMO TAMBÉM A PUBLICAÇÃO DA LOA 2012 PARA RATIFICAR A INCLUSÃO DA EMENDA PARLAMENTAR NO VALOR DE R\$ 600.000,00 PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO EM 2012.

11EQ0101 - Construção do Centro de Treinamento da Escola Superior do Ministério Público da União

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Previsão Atual / Realizada
34105 - ESMPU	9.595.000,00	9.195.000,00			7.641.507,50	28% / 0%

Comentários

Os projetos executivos de instalações deverão ser recontratados devido ao cancelamento do contrato por descumprimento de cláusulas contratuais da responsável pela elaboração dos projetos. O novo termo para contratação dos referidos projetos ainda está em fase de elaboração. A licitação para a construção da primeira etapa (somente fundação e estrutura) está em curso.

11KE0101 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República em Porto Alegre - RS

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Previsão Atual / Realizada
34101 - MPF	10.000.000,00	12.000.000,00	1.149.035,11	1.149.035,11	10.850.964,89	24% / 2,58%

Comentários

Prev. Corríg. do físico a partir de novembro de 2011 porque até outubro 2011 foram consumidos os recursos de RAP2010. As percentagens foram calculadas considerando que os R\$ 10.000.000,00 da LOA2011 correspondem a 24,42% do total da obra, conforme lançado no SIGPLAN. O orçamento de 2011 foi suplementado em R\$ 2.000.000,00. Portaria PGR nº 670 de 13/11/2011. DOU 14/11/2011, chegando ao total de R\$ 12.000.000,00.

11SF0101 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria-Geral da Justiça Militar em Brasília - DF

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Previsão Atual / Realizada
34102 - MPJM		236.500,00	194.630,81	175.388,29		Não há previsão de execução física na LOA

Comentários

12030101 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Porto Alegre - RS

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META-FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34101 - MPF	500.000,00	500.000,00			500.000,00	1%	0%

Comentários

Assinado o contrato de construção com a Empresa Construtora Abapan Ltda., vencedora da licitação pelo valor de R\$ 39.766.676,35, cujo contrato já foi assinado em 22/12/2011, estando prevista a OS para janeiro/2011. O valor de R\$ 500.000,00 da LOA 2011 ficará em RAP para execução em 2012.

12AZ0101 - Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Campina Grande - PB

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META-FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34101 - MPF	2.000.000,00	2.400.000,00	19.300,00	19.300,00	2.380.700,00	38%	0,28%

Comentários

Obra suspensa, considerando a necessidade de novo projeto de fundação, que se encontra em elaboração. Crédito Suplementar no valor de R\$ 400.000,00, portaria PGR 670 de 13/12/11, DOU 14/12/11

12B60101 - Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Teresina - PI

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META-FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34101 - MPF	500.000,00	600.000,00			600.000,00	2%	0%

Comentários**12BQ0074 - Aquisição de Edifícios-Sede para Implantação de Oficinas Junto às Varas da Justiça do Trabalho no Município de Guarapuava - PR**

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META-FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34104 - MPT	1.000.000,00	1.000.000,00			1.000.000,00	1	0

Comentários

A PRT 9ª Região encaminhou os documentos necessários à Secretaria do Patrimônio da União para confecção da escritura de compra e venda e, no momento aguarda providências daquele órgão.

12DN0101 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da Justiça Militar no Rio de Janeiro - RJ

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META-FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34102 - MPJ	6.500.000,00	3.000.000,00	32.563,40	32.563,40	305.000,00	17%	0,09%

Comentários

12PB0101 - Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria da República em São Paulo - SP

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34101 - MPF		4.500.000,00	4.285.532,51	4.285.532,51	214.466,32		Não há previsão de execução física na LOA

Comentários

Reabertura de crédito especial, Portaria nº 17, de 13.01.2011, no valor de R\$ 4.500.000,00, para possibilitar a execução da reforma da nova sede da PR/SP

13U00101 - Aquisição de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Maceió - AL

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34101 - MPF		24.000.000,00			21.710.000,00		Não há previsão de execução física na LOA

Comentários

LEI Nº 12.560 DE 16/12/2011, PUBLICADA NO D.O.U. DE 16/12/2011. CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 24.000.000,00.

13U00101 - Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República em Brasília - DF

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34101 - MPF	1.500.000,00	1.250.000,00	295.633,39	295.633,39	951.754,12	100%	24,23%

Comentários

Licitação homologada em junho/2011. Trata-se de reforma das esquadrias metálicas do edifício sede da PRR-1ª Região. - O valor empenhado de R\$ 1.220.000,00 refere-se ao valor do contrato, uma vez que a empresa vencedora da licitação deu proposta inferior aos R\$ 1.500.000,00 estimados no orçamento inicial. - Na coluna Prev. Corrig. do cronograma físico o valor não fecha em 100% porque a previsão é que os serviços só terminem no ano que vem (2012). - Na coluna Prev. Corrig. do cronograma financeiro, o valor não fecha no valor empenhado de R\$ 1.220.000 pois a reforma está prevista para terminar apenas no ano que vem (2012).

13UA0101 - Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República em São Paulo - SP

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34101 - MPF	2.500.000,00	2.139.570,00			2.139.569,36	100%	0%

Comentários

Em 16/06/2011 realizou-se a adequação do cronograma físico e financeiro com a finalidade de acompanhar o procedimento licitatório com previsão de abertura da 1ª fase em 14/09/2011 e por se tratar de concorrência pública os prazos são dilatados com previsão de encerramento e contratação no mês de outubro e consequente pagamento da 1ª parcela em novembro/2011. Considerando que a execução do contrato está prevista para 06 meses o saldo excedente será registrado em restos a pagar.

13XV0101 - Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria da Justiça Militar em Recife - PE

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34102 - MPM		1.500.000,00	24.460,00	24.460,00	1.312.617,88		Não há previsão de execução física na LOA

Comentários

14LS0101 - Aquisição de Imóveis para Ampliação da Sede da Procuradoria da Justiça Militar em Santa Maria - RS

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Previsão Atual	Realizada
34102 - MPM		550.000,00				Não há previsão de execução física na LOA	

Comentários

Potaria PGR N° 7, DE 16/IV/2012, QUE TRATA DE REABERTURA DE CRÉDITO DE 2011

14LT0101 - Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria da Justiça Militar em Curitiba - PR

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Previsão Atual	Realizada
34102 - MPM		400.000,00				Não há previsão de execução física na LOA	

Comentários**14LU0101 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Ji-Paraná - RO**

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Previsão Atual	Realizada
34104 - MP		3.000.000,00				Não há previsão de execução física na LOA	

Comentários

Com a liberação dos créditos no exercício de 2012, os procedimentos voltados à implementação da presente ação, através das contratações necessárias para elaboração de projetos e execução da obra, encontram-se em andamento normal.

14ME0101 - Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria da República em São Gonçalo - RJ

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Previsão Atual	Realizada
34101 - MPF		2.000.000,00				Não há previsão de execução física na LOA	

Comentários**14MF0042 - Aquisição da Torre III do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Santa Catarina - SC**

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Previsão Atual	Realizada
34101 - MPF		15.800.000,00			15.800.000,00	Não há previsão de execução física na LOA	

Comentários

Empenhado em dezembro e inscrito em RP para liquidação em 2012: 2011NE002422.

14MG0042 - Aquisição da Torre do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Santa Catarina - SC

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34101 - MPF		17.893.682,00			17.893.682,00		Não há previsão de execução física na LOA
Comentários							
Empenhado em dezembro e inscrito em RP para liquidação em 2012: 2011NE002421							

1A510053 - Construção do Edifício-Sede da Promotoria da Justiça em Calábria - DF

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34102 - MPDF	2.000.000,00	10.000.000,00	840.600,74	840.600,74	9.159.399,26	14%	7,34%
Comentários							

1E300001 - Modernização das Instalações do Ministério Público Federal

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34101 - MPF	81.000.000,00	11.001.456,00	446.628,70	446.628,70	9.160.235,83	11	0
Comentários							

1H300101 - Construção do Anexo do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Palmas - TO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34101 - MPF	500.000,00	500.000,00				11%	0%
Comentários							

12.01.2012 - A Tomada de Preços 001/2011, cujo objeto era a contratação de empresa especializada para elaboração do projeto executivo, em virtude da inabilitação das empresas participantes foi frassada. 10.11.2011 - Até o momento não houve execução física e/ou financeira em razão dos projetos executivos não terem sido concluídos, cujo processo licitatório está em andamento. 14.10.2011 - Os projetos executivos estão sendo licitados pela CA/PGR com previsão de conclusão para final de Novembro/2011. 14.09.2011 - A previsão é que até o final de outubro seja concluído o processo licitatório e contratada a empresa que irá elaborar os projetos executivos. 12.08.2011 - Concluído o programa de necessidades básicas deu-se início ao processo licitatório para elaboração dos projetos executivos, com previsão de conclusão para Outubro/2011. 07.07.2011 - Não houve alteração no último prazo para conclusão da elaboração do programa de necessidades básicas, previsto para Agosto/2011. Não foi possível concluir o programa de necessidades básicas no prazo previsto, para se dar início ao processo licitatório dos projetos executivos, estabelecendo um novo prazo para Agosto/2011. Elaboração do programa de necessidades para licitação dos projetos executivos, com previsão para maio/2011.

11460101 - Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Goiás do Sul - RS

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34101 - MPF	2.000.000,00	2.400.000,00			2.400.000,00	38%	0%
Comentários							

Em execução RAP2010. Não foi iniciada a execução do orçamento anual. Recebido Crédito Adicional de R\$ 400.000,00 (Portaria PGR nº 670, de 13/12/2011). Os valores da LOA 2011 ficarão em RAP para execução em 2012.

149010 - *Arquitetura de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Pelotas-RS*

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					META FÍSICA		
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Previsão Atual	Realizada
24101 - MPF	1.700.000,00	1.950.000,00	800.085,98	800.085,98	1.149.914,02	44%	20,71%

Comentários

Dobra em andamento. Recebido Crédito Adicional de R\$ 250.000,00. Previsão de conclusão para fevereiro de 2011 tendo em vista a necessidade de realização de serviços complementares formalizados por termo aditivo. O saldo não utilizado na LOA 2011 ficará em RAP 2012.

1P810101 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da Justiça Militar em Fortaleza - CE

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					META FÍSICA		
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Previsão Atual	Meta
34162 - MPM	100.000,00	120.000,00	50.552,37	50.552,37	20.000,00	5%	2,53%

Comentários

20040001 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					META FÍSICA		
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar, não Processados	Previsão Atual	Realizada
34101 - MPF	19.340.148,00	22.420.148,00	22.581.177,46	22.580.855,55	835.633,01	20.401	22.286
34102 - MPM	1.502.580,00	1.855.230,00	1.714.861,43	1.714.861,48	140.468,82	1.585	1.633
34104 - MPF	5.625.460,00	8.415.960,00	6.484.372,13	6.484.372,13	1.908.515,86	6.145	6.893
TOTAL	26.668.188,00	32.691.438,00	30.780.411,07	30.780.089,16	2.884.617,39	28.131	30.612

Comentarios

MPF - A META FÍSICA PRETENDIDA INICIALMENTE FOI MENOR QUE A PREVISÃO CORRIGIDA EM RAZÃO DO DECÉSCIMO NO NÚMERO DE SERVIDORES BENEFICIADOS NO PERÍODO DE ABRIL A DEZEMBRO 2011, TENDO EM VISTA QUE O ORÇAMENTO DO ANO SUSSUQUENTE CONSEQUENTEMENTE A PREVISÃO INICIAL, É PRODUZIDO LEVANDO-SE EM CONTA A EXECUÇÃO ATÉ MARÇO, E, DESTA FAZENDO UMA PROJEÇÃO PARA O INÍCIO DO ANO SEGUINTE.

MPT - Informo que houve a necessidade de refazer a previsão corrigida, haja vista a previsão inicial ter sido ultrapassada já no mês de janeiro. Logo, não há como permanecer com o montante de R\$ 6.142 beneficiários a serem atendidos, situação que geraria um grande prejuízo ao programa.

20040053 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					META FÍSICA		
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Incréscos, Restos a Pagar e Processados	Previsão Atual	Realização
34162 - MPDFT	3.643.193,00	3.937.043,00	3.935.043,32	3.935.043,32	2.000,47	4.054	4.219

Comentários

CREDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 34.450 PGR 684 DE 19/12/11.

20100001 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34101 - MPF	7.139.584,00	11.099.584,00	10.594.958,70	10.594.958,70	504.625,30	2.451	2.115
34102 - MPM	302.805,00	472.805,00	462.249,36	462.249,36		101	89
34104 - MPT	1.649.959,00	2.984.959,00	2.935.488,37	2.935.488,37	10.000,00	703	671
TOTAL	9.092.348,00	14.557.348,00	13.992.696,43	13.992.696,43	514.625,30	3.255	2.875

Comentários

MPF - A META FÍSICA PRETENDIDA INICIALMENTE FOI MENOR QUE A PREVISÃO CORRIGIDA EM RAZÃO DO DESCÊNCIMO NO NÚMERO DE SERVIDORES BENEFICIADOS NO PERÍODO DE ABRIL A DEZEMBRO 2010, TENDO EM VISTA QUE O ORÇAMENTO DO ANO SUBSEQUENTE, CONSEQUENTEMENTE A PREVISÃO INICIAL, É PRODUZIDO LEVANDO-SE EM CONTA A EXECUÇÃO ATÉ MARÇO, E, DESTA FAZENDO UMA PROJEÇÃO PARA O INÍCIO DO ANO SEGUINTE.

MPM - Ocorrência de Crédito Suplementar, no mês de Julho/11, no valor de R\$ 170.000,00 por meio da Port. 389/MPU/PGR, de 14-07-2011, Publicada no DOU de 15-07-2011.

MPT - DIFERENÇA DA PREVISÃO INICIAL PARA A CORRIGIDA PROVOCADA PELOS INGRESSOS POSTERIORES A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA (CONFORME COMUNICADO DO DOF, CONSTA NA PROPOSTA PARA 2011 APENAS OS QUANTITATIVOS DA FOLHA BASE PARA O ORÇAMENTO, MARÇO DE 2010)

20100053 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34103 - MPDFT	1.183.770,00	1.955.770,00	1.932.665,32	1.932.665,32	23.104,68	485	356

Comentários**20110001 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados**

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34101 - MPF	1.478.292,00	1.478.292,00	1.342.860,18	1.342.860,18	134.431,82	1.375	1.061
34102 - MPM	240.960,00	210.960,00	209.750,13	209.750,13		148	148
34104 - MPT	745.788,00	468.788,00	449.567,46	449.567,46	3.500,00	388	289
TOTAL	2.465.040,00	2.158.040,00	2.003.177,77	2.003.177,77	137.931,82	1.911	1.498

Comentários

MPF - A META FÍSICA PRETENDIDA INICIALMENTE FOI MENOR QUE A PREVISÃO CORRIGIDA EM RAZÃO DO DESCÊNCIMO NO NÚMERO DE SERVIDORES BENEFICIADOS NO PERÍODO DE ABRIL A DEZEMBRO 2010, TENDO EM VISTA QUE O ORÇAMENTO DO ANO SUBSEQUENTE, CONSEQUENTEMENTE A PREVISÃO INICIAL, É PRODUZIDO LEVANDO-SE EM CONTA A EXECUÇÃO ATÉ MARÇO, E, DESTA FAZENDO UMA PROJEÇÃO PARA O INÍCIO DO ANO SEGUINTE.

MPM - Ocorrência de Crédito Suplementar no mês de Julho/11, no valor de R\$ 26.000,00 por meio da Port. 389/MPU/PGR, de 14-07-2011, Publicada no DOU de 15-07-2011. Autorização de Crédito Adicional, no mês de Dezembro/11, no valor de R\$ 56.000,00 por meio da Port. 694/MPU/PGR, de 19-12-2011, Publicada no DOU de 20-12-2011.

MPT - REDUÇÃO NA PREVISÃO CORRIGIDA EM RELAÇÃO À INICIAL PROVOCADA PRINCIPALMENTE PELO GRANDE NÚMERO DE SERVIDORES REMOVIDOS E DESISTÊNCIA DE RECEBIMENTO DO AUXÍLIO POR PARTE DOS SERVIDORES.

20110053 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34103 - MPDFT	112.452,00	78.452,00	77.558,79	77.558,79	893,21	115	72

Comentários

20120001 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					META FÍSICA		
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34101 - MPF	66.719.080,00	72.139.080,00	71.602.381,55	71.602.381,55	536.198,45	9.556	9.607
34102 - MPM	3.787.560,00	3.806.560,00	3.802.805,37	3.802.805,37		501	500
34104 - MPT	20.797.560,00	22.127.560,00	23.018.389,99	23.018.389,99	20.000,00	3.178	2.973
TOTAL	90.304.200,00	99.072.200,00	98.424.076,91	98.424.076,91	556.198,45	13.235	13.080

Comentários

MPF - A META FÍSICA PRETENDIDA INICIALMENTE FOI MENOR QUE A PREVISÃO CORRIGIDA EM RAZÃO DO DESCÊNSIMO NO NÚMERO DE SERVIDORES BENEFICIADOS NO PERÍODO DE ABRIL A DEZEMBRO 2010, TENDO EM VISTA QUE O ORÇAMENTO DO ANO SUBSEQUENTE, CONSEQUENTEMENTE A PREVISÃO INICIAL, É PRODUZIDO LEVANDO-SE EM CONTA A EXECUÇÃO ATÉ MARÇO, E, DESTA FAZENDO UMA PROJEÇÃO PARA O INÍCIO DO ANO SEGUINTE.

MPM - Cancelamento de Crédito Orçamentário, no mês de Julho/11, no valor de R\$ 196.000,00 por meio da Port. 389/MPUPGR, de 14-07-2011, Publicada no DOU de 15-07-2011. Autorização de Crédito Suplementar, no mês de Outubro/11, no valor de R\$ 140.000,00, por meio do Decreto Executivo de 20-10-2011, publicado no DOU de 21-10-2011. Autorização de Crédito Suplementar, no mês de Dezembro/11, no valor de R\$ 75.000,00 por meio da Port. 668/MPUPGR, de 13-12-2011, Publicada no DOU de 14-12-2011.

MPT - DIFERENÇA DA PREVISÃO INICIAL PARA A CORRIGIDA PROVOCADA PELOS INGRESSOS POSTERIORES A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA (CONFORME COMUNICADO DO DOF, CONSTA NA PROPOSTA PARA 2011 APENAS OS QUANTITATIVOS DA FOLHA BASE PARA O ORÇAMENTO, MARÇO DE 2010)

20120053 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					META FÍSICA		
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34103 - MPDFT	13.728.960,00	13.137.960,00	13.130.020,48	13.130.020,48	7.939,52	1.816	1.708

Comentários

20AX0001 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente da Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					META FÍSICA		
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34101 - MPF	7.571.000,00					Não há previsão de execução física na LOA	

Comentários

Na folha de pagamento do MPF não há separação dos pagamentos que se referem à contribuição para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos decorrente da criação e/ou provimento de cargos e funções e reestruturação de cargos e carreiras e revisão de remunerações. Após a nomeação os novos servidores passam a fazer parte da folha normal, bem como valores decorrentes da revisão de remunerações. Por este motivo anula-se-ão todos os créditos desta ação para abrir créditos adicionais da ação principal referente a Contribuição da União para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.

22720001 - Gestão e Administração do Programa

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					META FÍSICA		
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34105 - ESMPU	4.285.000,00	4.714.000,00	3.321.976,37	3.321.976,37	1.274.191,49	Não há previsão de execução física na LOA	

Comentários

No mês de dezembro, ocorreram alterações orçamentárias no montante de R\$ 429.000,00 (quatrocentos e vinte e nove mil reais), conforme descrito abaixo: - R\$ 29.000,00: alteração orçamentária realizada por meio da Portaria/PGR nº 645, publicada no DOU de 01/12/2011; - R\$ 400.000,00: alteração orçamentária realizada por meio da Portaria/PGR nº 671, publicada no DOU de 14/12/2011. A ESMPU, nesta ação, inscreveu, em Restos a Pagar Não Processados, o montante de R\$ 1.235.784,40, referentes à aquisição de materiais de consumo e permanente, e a contratos de prestação de serviços.

25060001 - Fiscalização e Controle de Aplicação da Lei							
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34101 - MPF	16.616.122,00	8.639.519,00			8.688.465,63	44	0
Comentários							

2549001 - Comunicação e Divulgação Institucional							
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34101 - MPF	5.500.000,00	4.000.000,00	2.592.517,03	2.544.517,03	1.118.614,61	4.873	6.700
34103 - MPDFT	1.200.000,00	960.000,00	557.095,28	557.095,28	397.328,15	967	666
34104 - MPT	2.450.000,00	2.050.000,00	817.816,93	817.816,93	619.475,13	274	327
TOTAL	9.150.000,00	7.010.000,00	3.967.429,24	3.919.429,24	2.135.417,89	6.114	7.693
Comentários							

MPT - PORTARIA PGR 671 de 13/12/2011 DOU 14/12/2011

2E350053 - Ações para a Defesa da Criança e do Adolescente							
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34103 - MPDFT	200.000,00	200.000,00				1100	0
Comentários							

Ações incluídas no orçamento via emenda parlamentar não prevista no PPA.

31060101 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Rio Branco, AC							
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34101 - MPF	2.500.000,00	2.760.420,00	424.089,23	424.089,23	2.284.561,93	18%	2,87%
Comentários							

A primeira etapa da obra (execução dos serviços de fundação, estrutura e correlatos) foi concluída em maio de 2011. A segunda etapa tem previsão de início em setembro de 2011, e demandará no presente exercício recursos da LOA2011 da ordem de R\$ 825.905,00, de um total estimado em R\$ 13.018.710,00.

31580105 - Construção da 2ª Etapa do Edifício-Sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios							
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34103 - MPDFT	13.800.000,00	34.800.000,00	10.555.491,50	10.555.491,50	23.505.755,70	22%	21,15%
Comentários							

Serviços executados no período (jan a março): Administração e operação do canteiro de obras; instalações de redes hidrosanitárias, drenagem pluvial e prevenção e combate a incêndio; instalações de rede elétrica e alimentadores; instalações de cabeamento estruturado e SPDA; Assentamento de cerâmica; Execução de chapisco, reboco, enchimento, impermeabilização e alvenaria de concreto celular; Emassamento de paredes; Impermeabilizações; Pintura de faixas de sinalização em amarelo e preto nos subolos; Dutos em chapa de aço galvanizado por ar condicionado; Elevadores.

37520001 - Implantação de Procuradorias junto às Varas Federais

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34101 - MPF	15.616.122,00	4.647.487,00	1.412.252,12	1.411.702,12	2.768.528,63	5	0

Comentários

3E940058 - Construção de Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Crateús - CE

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34104 - MPT	932.699,00					0%	0%

Comentários

O projeto de Construção da Procuradoria do Trabalho no Município de Crateús se encontra em análise, considerando problemas técnicos advindos da confecção de projeto apresentado pela Empresa ARCA Serviços e Consultoria Ambiental Ltda.

3E940103 - Construção de Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Arapiraca - AL

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34104 - MPT	230.509,00	230.509,00				16%	0%

Comentários

A obra da PTM de Arapiraca foi entregue no dia 14/07/2011. Contingenciamento - Portaria PGR nº449, de 17/08/2011. Publicada no D.O.U. Seção I, 18/08/2011. Valor total de R\$ 230.509,00.

3E940111 - Construção de Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Cáceres - MT

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34104 - MPT	270.011,00	270.011,00			88.180,46	30%	0%

Comentários

Contingenciamento - Portaria PGR nº449, de 17/08/2011. Publicada no D.O.U. Seção I, 18/08/2011. Valor total de R\$ 120.011,00.

3E940113 - Construção de Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Eunápolis - BA

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34104 - MPT	946.781,00	1.088.821,00	6.500,00	6.500,00	1.015.315,63	108%	0,65%

Comentários

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA								META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Inscrita	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Previsão Anual	Realizada		
34104 - MDT		1.250.000,00	22.072,98	22.072,98	1.175.399,25	Não há previsão de execução física na LOA			
Comentários									
Reabertura de crédito especial Portaria nº 17 de 12/01/2011, no valor de R\$1.250.000,00									

40910001 - Capacitação de Recursos Humanos							
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					META FÍSICA		
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Líquida	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Previsão Anual	Realizado
34101 - MFF	4.000.000,00	4.000.000,00	1.981.619,99	1.963.511,56	1.303.946,94	4.681	5.578
34102 - MPM	500.000,00	515.000,00	475.893,41	475.893,41	12.385,73	300	474
34104 - MPT	1.600.000,00	1.600.000,00	1.058.062,41	1.058.062,41	239.217,96	2.000	1.309
34105 - ESMPU	3.492.000,00	3.710.163,00	3.035.437,77	3.035.437,77	650.286,78	10.200	6.240
TOTAL	9.592.000,00	9.825.163,00	6.551.013,58	6.532.905,15	2.205.837,41	17.181	13.601

Comentários:

MFF - Para o exercício, reprogramou-se R\$ 800.000,00 para o Programa de Pós-graduação (Plano Interno PGRADUAÇÃO) e a diferença, de R\$ 3.200.000,00, para treinamento em cursos (Plano Interno TREINAMENTO) - a proposta inicial era de R\$ 250.000,00 para PGRADUAÇÃO e 3.750.000,00 para TREINAMENTO. Reprogramou-se os planos internos desta ação a partir de SET da seguinte forma: R\$ 3.000.000,00 TREINAMENTO R\$ 800.000 - PÓS GRADUAÇÃO R\$ 200.000 - ENCARGOS DE INSTRUÇÃO INTERNA (PI criado para alocar despesas relacionadas à Gratificação de Encargos de Curso ou Concurso (Portaria PGR nº 253 de 06/05/11). Tem-se que o realizado ultrapassou a meta física estabelecida, embora a execução financeira tenha sido de 49,54%. Parte desse resultado justifica-se pelo fato da implantação do plano interno INSTRUTORIA (gratificação para servidores que desempenham atividade de capacitação para outros servidores). Isso permitiu capacitar com utilização de menos recursos que uma contratação de empresa ou profissional especializado. Outro fato deve-se à realização de palestras a um grande número de servidores.

MPM - Do total de servidores treinados nos meses de jun/Jul/Ago (243), 213 refere-se a treinamento do sistema de ponto eletrônico - GRFO efetuado por instrutores internos do MPM com recursos de capacitação.

ESMPU - No mês de dezembro, ocorreu alteração orçamentária no montante de R\$ 218.163,00 (duzentos e dezoito mil, cento e sessenta e três reais), realizada por meio da Portaria/PGR nº 645, publicada no DCU de 01/12/2011. A ESMPU, nesta ação, inscreveu, em Restos a Pagar Não Processados, o montante de R\$ 650.286,78, referentes a contratos de prestação de serviços. Em 2011, a ESMPU mudou sua linha de atuação, estabelecendo como objetivo a oferta de cursos que favoreçam uma formação mais duradoura a seu público-alvo. Para tanto, focou na oferta de cursos de aperfeiçoamento, tipo de capacitação direcionada a grupos menores (até 30 alunos por turma) e com conteúdos mais aprofundados. Assim, a ESMPU não atingiu a meta de capacitados inicialmente prevista, por não oferecer tantas atividades de extensão (congressos, seminários, simpósios...) como nos anos anteriores, destinadas a grandes públicos (até 150 participantes).

40910101 - Capacitação de Recursos Humanos						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						METAFÍSICA
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar, Informações Processadas	Previsão Anual
34103 - MPDFT	1.000.000,00	950.000,00	843.212,84	843.212,84	100.385,80	2.080

Comentários:

A meta para o exercício de 2011 supera o valor programado na Lei Orçamentária Anual, face à realização de cursos mediante instrutoria interna. A previsão de quantidade de servidores treinados sofreu um grande acréscimo em virtude de expectativa de realização do curso Gestão Empreendedora que deverá capacitar 1100 servidores ao longo do ano de 2011.

42610053 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Procuradoria-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					META FÍSICA		
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34103 - WPDFT	299.425.312,00	315.741.370,00	299.200.434,35	299.200.434,35	16.453.062,85	1.095.590	1.064.822

Comentários**42620001 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho**

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					META FÍSICA		
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34104 - MPT	590.066.665,00	647.594.259,00	595.330.795,35	594.926.139,99	44.852.775,82	1.209.098	1.293.408

Comentários

AO ENCAMINHAR A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2011 EM RELAÇÃO A META FÍSICA DA AÇÃO "4262 - DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO", O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - MPT INFORMOU O QUANTITATIVO DE 1.209.098 PARECERES ELABORADOS (UNIDADE). NO ENTANTO, AO SER PUBLICADA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA DO EXERCÍCIO DE 2011 FOI PUBLICADO APENAS O QUANTITATIVO DE 1.210 PARECERES ELABORADOS, O QUE NÃO CONDIZ COM A REALIDADE DO MPT. DESSA FORMA, EM TODOS OS MESES FOI FEITA A PREVISÃO CORRIGIDA DO QUANTITATIVO DE PARECERES ELABORADOS, ADEQUANDO-OS AO TOTAL DE 1.209.098 UNIDADES.

42630001 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					META FÍSICA		
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34102 - MPM	93.567.385,00	98.791.055,00	90.460.888,84	90.456.499,97	4.400.848,81	32.500	35.680

Comentários

Considerando que na presente ação os dados físicos versam diretamente com a produtividade da Atividade fim do Ministério Público Militar, e que não pode ser previamente auferido em sua exatidão a meta física superou o 100% do montante estimado. Além de que a constante dos sistemas coletores de dados têm possibilitado uma demonstração concreta e crescente da atuação do Ministério Público Militar na defesa do interesse público no processo judiciário militar. As metas financeiras constata-se que o índice auferido atingiu os 91,57% de execução orçamentária, chegando bem próximo do almejado.

42640001 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Federal

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					META FÍSICA		
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34101 - MPF	1.518.494.152,00	1.492.463.038,00	1.411.444.857,47	1.408.205.146,98	68.619.017,69	2.636.524	2.220.504

Comentários**42650001 - Pesquisa na Área Jurídica**

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					META FÍSICA		
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34105 - ESMPU	300.000,00	300.000,00	198.238,73	198.238,73	64.800,00	3	2

Comentários

A ESMPU, nesta ação, inscreveu, em Restos a Pagar Não Processados, o montante de R\$ 64.800,00, referente à primeira parcela da Pesquisa sobre o Perfil Socioprofissional e as Concepções de Política Criminal do Ministério Público Federal. Não foi possível a realização da 3ª pesquisa prevista para 2011.

4510001 - Ações Judiciais na Repressão ao Tráfico Ilícito de Substâncias Entorpecentes

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Previsão Atual / Realizada
34101 - MPF	1.000.000,00	500.000,00	322.000,00	322.000,00		25 / 3

Comentários

64710001 - Ações para Erradicação do Trabalho Escravo

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Previsão Atual / Realizada
34101 - MPF	1.000.000,00					0 / 0
34104 - MPF	2.700.000,00	2.700.000,00	1.254.946,10	1.254.946,10	916.138,00	300 / 320
TOTAL	3.700.000,00	2.700.000,00	1.254.946,10	1.254.946,10	916.138,00	300 / 320

Comentários

77720101 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria-Geral do Trabalho em Brasília - DF

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Previsão Atual / Realizada
34104 - MPF	7.000.000,00	1.115.000,00				2% / 0,53%

Comentários

Contingenciamento - Portaria PGR nº449, de 17/08/2011. Publicada no D.O.U. Seção I, 18/08/2011. Valor total de R\$ 3.600.000,00.

7E470101 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Cuiabá - MT

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Previsão Atual / Realizada
34104 - MPF	500.000,00	400.000,00				5% / 0%

Comentários

Não temos previsão de iniciarmos a execução da parte física da obra durante o ano de 2011, em razão da necessidade de aguardarmos o processo de doação do novo terreno pelo governo do Estado de Mato Grosso. Foi publicado no DOU de 16/12/2011 a Lei 12.560 de 15/12/2011, que trata do cancelamento de crédito, no valor de R\$ 100.000,00 destinado a esta obra.

7E480101 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Fortaleza - CE

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Previsão Atual / Realizada
34104 - MPF	1.000.000,00	1.932.659,00	813.602,01	813.602,01	262.010,21	8% / 2,69%

Comentários

Aguardando o contingenciamento para fazer a licitação e fazer a programação inicial. Os recursos foram provisionados em 29Abr. NC000805 R\$ 1.000.000,00 Recursos liberados e empenhados em 06Jul11 *** 2011NE000337 R\$ 119.347,00 Crédito de R\$ 186.539,00 do projeto de Crateús.

7E490101 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Porto Velho - RO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					META FÍSICA		
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Previsão Atual	Realizada
34104 - MPT	21.891.037,00	18.113.037,30	165.532,50	165.532,50	9.866.026,46	97%	0,75%

Comentários

Tendo sido o Decreto n. 7.418 de 31.12.2010 alterado pelo Decreto n. 7.468 de 28.04.2011, os créditos correspondentes à presente Ação emitidos no exercício de 2009, foram resgatados e serão objeto de utilização na execução física da Ação (NE 614 - saldo atual junho/2011 - R\$ 5.155.401,97 / NE 684 - R\$ 37.000,00 / NE 685 - R\$ 15.345,00). No mês de janeiro/2012, realizou-se no dia 18, o pagamento da 24ª medição de serviços à empresa contratada, no valor de R\$ 565.851,74 (quinhentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e um reais e setenta e quatro centavos), tais valores refletiram no percentual de execução física da ação, no entanto, como os créditos utilizados para o citado pagamento são do exercício de 2009, inviabiliza o lançamento na planilha de dados físicos da ação.

7E530101 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em João Pessoa - PB

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					META FÍSICA		
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Previsão Atual	Realizada
34101 - MPF	4.000.000,00	4.800.000,00	214.526,07	214.526,07	4.585.473,93	12%	0,88%

Comentários

Obra em andamento Crédito suplementar no valor de 800.000,00, portaria 570 PGR de 13/12/11, DOU 14/12/11

7H610056 - Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República no Rio de Janeiro - RJ

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					META FÍSICA		
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Previsão Atual	Realizada
34101 - MPF	32.511.872,00	39.005.000,00			39.005.000,00	1	0

Comentários

Abertura de crédito adicional, por meio da portaria n.º 646/PGR de 29/11/2011, publicada no DOU de 01/12/2011, no valor de R\$ 6.493.128,00, totalizando R\$ 39.005.000,00 (suplementação dentro do limite de até 20% em relação ao valor autorizado inicialmente na LOA, conforme Art. 4.º, parágrafo 1º da LOA de 2011) os recursos disponíveis para a ação em tela.

7H610101 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Manaus - AM

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					META FÍSICA		
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Previsão Atual	Realizada
34104 - MPT		7.000.000,00			7.000.000,00		

Comentários

O valor foi empenhando no final do exercício, com previsão de início das obras em janeiro de 2012.

7H50056 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Vitória - ES

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					META FÍSICA		
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Previsão Atual	Realizada
34101 - MPF	500.000,30	500.000,00				1%	0%

Comentários

Como a decisão de dividir a licitação do empreendimento em duas parcelas/etapas foi tomada apenas em maio/2011, o prazo para adotar todas as providências faltantes foi relativamente exíguo, pois ainda necessitava ser finalizada a aprovação do Estudo de Impacto de Vizinhança, junto à PMV/ES, bem como aprovado o projeto legal no Corpo de Bombeiros e na própria Prefeitura. Além disso, exigências indevidas adotadas pela Prefeitura como condição para a aprovação, embora tenham sido plenamente superadas, levaram à tardia liberação do alvará de aprovação do projeto, e, consequentemente, à tardia publicação do edital. O aproveitamento dos poucos recursos de que dispunhamos para esse exercício dependeu, em última instância, de a licitação ser finalizada em apenas um dia. Por esse motivo, os recursos (R\$ 500.000) não puderam ser empregados, embora a licitação vá prosseguir normalmente em 2012, até seu julgamento final e contratação da vencedora.

Comentários

7Q650056 - Reforma, Adaptação e Ampliação do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Natal/RN

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					META FÍSICA		
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34104 - MPF	200.000,00	240.000,00			238.463,51	1%	0%

Comentários

A empresa vencedora da licitação tem até o dia 24 de Outubro para entregar o projeto executivo.

7Q660058 - Adequação do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região em Natal/RN

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					META FÍSICA		
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34104 - MPF	900.000,00	900.000,00	51.575,96	51.575,96	838.424,04	30%	2%

Comentários

Ação é fruto de emenda e recurso está bloqueado para empenho. Unidade aguarda desbloqueio do recurso para emissão de empenho após licitação. Licitação em andamento: CONCORRÊNCIA 001/2011 apazada para o dia 02 de agosto de 2011. Licitação realizada com êxito: empresa vencedora -> Piso a Teto Construções Ltda / valor= R\$781.199,75. Convite 001/2011 para empresa fiscalizadora da obra realizada com sucesso: empresa vencedora -> PS Construções / valor=R\$ 55.200,00 início da OBRA: 01 de setembro de 2011. Pagamento referente a 1ª medição (empresa PISO a TETO) ==> R\$ 21.660,98 Pagamento referente a fiscalização (empresa PS Eng.) ==> R\$ 9.200,00 Pagamento referente a 2ª medição (empresa PISO a TETO) ==> R\$ 12.651,01 Pagamento referente a 3ª medição (empresa PISO a TETO) ==> R\$ 8.864,87 Pagamento referente a fiscalização (empresa PS Eng.) ==> R\$ 9.200,00

7Q720056 - Construção de Edifícios-Sedes da Procuradoria da República no Município de São Gonçalo/RJ

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					META FÍSICA		
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34101 - MPF	2.000.000,00					0%	0%

Comentários**7Q730056 - Reforma e Ampliação de Edifício-Sede da Procuradoria da República no Município de São Paulo**

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					META FÍSICA		
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34101 - MPF	900.000,00	900.000,00				1%	0%

Comentários

OFÍCIO/MPF/SG/Nº 284, de 22 de fevereiro de 2011 - Secretário Geral do MPF informa a publicação da Lei 12.318/2011 (Lei Orçamentária Anual para 2011). DOU de 10 de fevereiro de 2011, com a programação da ação "Reforma e Ampliação de Edifício-Sede da Procuradoria da República - No Município de Natal/RN" no valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais). O valor foi incluído por meio de emenda parlamentar de Deputados e Senadores do estado do Rio Grande do Norte. Ainda, no referido ofício, o SG solicita manifestação do Procurador-Chefe da PR/RN quanto a utilização, ou não, dos recursos em um único exercício financeiro (2011); OFÍCIO/MPF/PR/RN/GABPC Nº 60, de 01 de março de 2011 - Procurador-Chefe da PR/RN informa que serão necessários R\$ 7.235.000,00 (sete milhões, duzentos e oitenta e cinco mil reais) para reforma da nova sede e que serão executados em mais de um exercício financeiro (necessidade de inclusão no PPA 2012-2015). Ainda, para o presente exercício (2011), solicita: 1) a liberação de recursos orçamentários para Projeto Básico e Executivo da reforma necessária; 2) Aproximadamente R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para realização de reformas de acessibilidade e ampliação da atual sede que deverá ser utilizada no mínimo por 02 (dois) anos. DIANTE DA NECESSIDADE DE RECURSOS DA ORDEM DE R\$ 7.285.000,00 (sete milhões, duzentos e oitenta e cinco mil reais) PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SEDE ADQUIRIDA, OS RECURSOS INSCRITOS NO SIGPLAN 2011 SÃO INSUFICIENTES E NÃO SERÃO UTILIZADOS PELAS RAZÕES EXPOSTAS.

Programa 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO*03960001 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões*

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34101 – MPF	211.105.298,00	250.591.787,00	249.920.143,40	249.920.143,40	671.643,60		
34102 – MPIM	32.819.403,00	39.207.892,00	38.950.231,34	38.950.231,34	257.000,00		
34103 – MPDFT	43.130.388,00	49.801.225,00	49.234.851,59	49.234.851,59	566.373,41		
34104 – MPT	122.493.156,00	140.476.724,00	140.168.209,27	140.168.209,27	230.000,00		
TOTAL	409.548.245,00	480.077.628,00	478.273.436,60	478.273.436,60	1.725.677,67		

Comentários

Programa 0901 – OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS*00FB0001 - Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) - Aposentadorias e Pensões*

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34101 – MPF	36.919.777,00						

Comentários

00FK0001 - Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) - Pessoal Ativo

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34101 – MPF	57.097.345,00						

Comentários

00FO0001 - Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais Decorrente do Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço)

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
34101 – MPF	6.459.449,00						

Comentários

07160001 - Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos vencidos devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas Federais

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual / Realizada
34101 - MPF	15.000,00	15.000,00	6.530,00	6.530,00		
Comentários						

2.4 DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

A Lei 4.320/1964, em seu art. 14, especifica que a unidade orçamentária constitui o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias.

O MTO define que as dotações orçamentárias, especificadas por categoria de programação em seu menor nível, são consignadas às unidades orçamentárias, ficando estas estruturas administrativas responsáveis pelas dotações e pela realização das ações.

As descentralizações de créditos orçamentários entre as unidades orçamentárias do MPU observam os ditames do artigo 8º da LDO para 2011 e Decreto nº 825/1993. Nos demonstrativos abaixo, os valores foram consolidados por unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes.

DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO DE 2011

(Em R\$ 1,00)

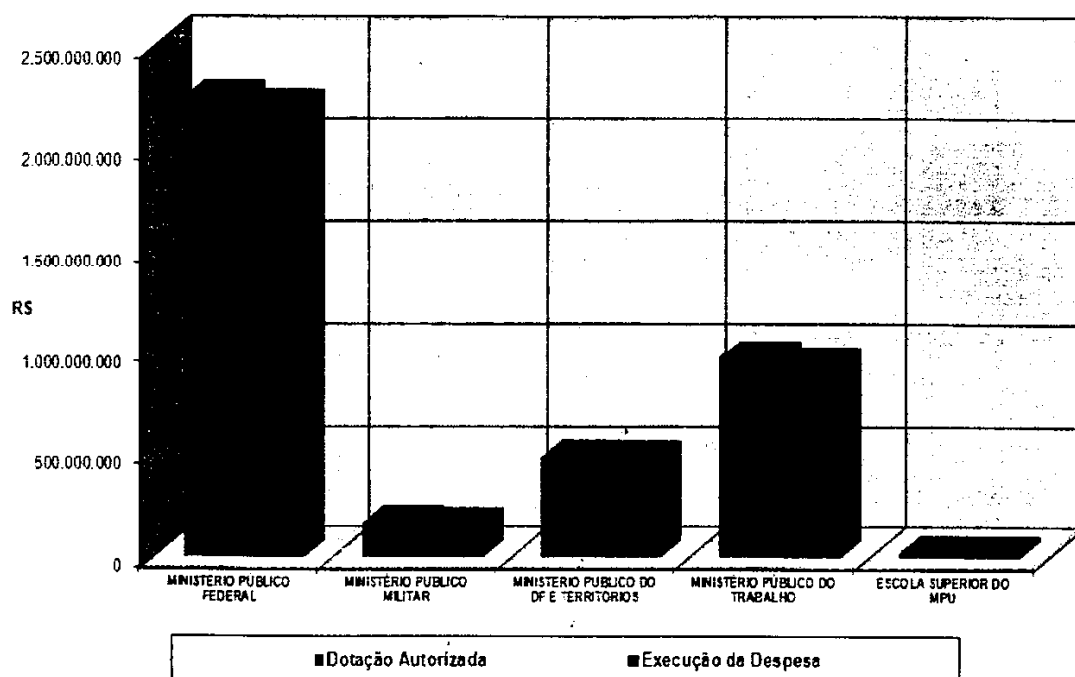
Cod.	Unidade Orçamentária	Dotação Autorizada (A)	Execução da Despesa (B)	Realização % (B/A)
34101	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	2.254.609.992	2.212.350.150	98,1%
34102	MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR	165.680.340	157.343.417	95,0%
34105	MINISTÉRIO PÚBLICO DOS TERRITÓRIOS	480.325.600	477.355.225	99,4%
34106	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	976.443.410	943.265.747	96,6%
34105	ESCOLA SUPERIOR DO MPU	17.919.163	16.205.741	90,4%
Total		3.894.978.505	3.809.553.323	97,8%

Fonte: SIAFI

Avaliando a execução da despesa constata-se o comprometimento mínimo de 95% da dotação autorizada, em cada unidade orçamentária, com exceção da Escola Superior do MPU, que utilizou 90%.

No montante da UO 34101 – MPF, especificado na coluna “Execução da Despesa”, foi incluído R\$ 1.745.205,16 relativo ao destaque recebido da UO 59101 – Conselho Nacional do Ministério Público, e R\$ 9.816,46 da UO 30109 – Defensoria Pública da União. Além disso, no montante executado da UO 34105 – ESMPU consta R\$ 17.775,00 recebido do CNMP.

DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - 2011



EXECUÇÃO DA DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIOS DE 2010 E 2011

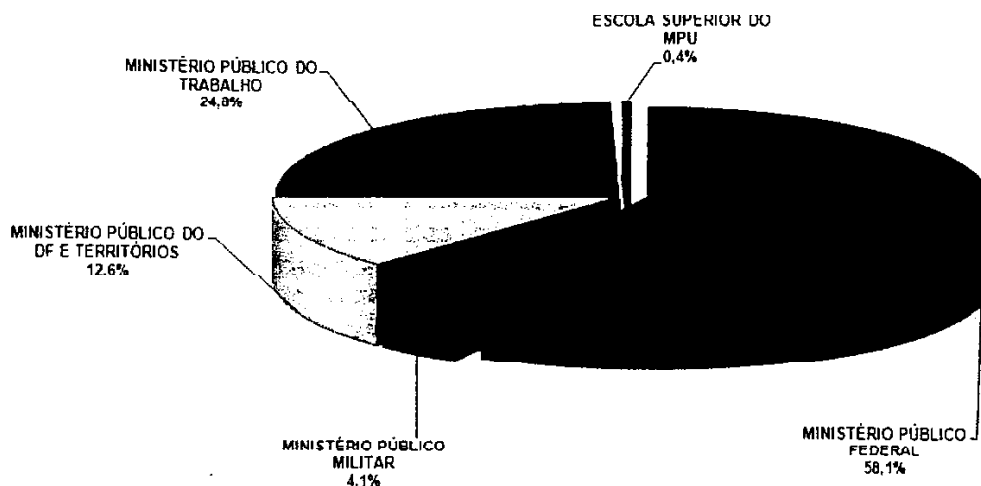
(Em R\$ 1,00)

Cod.	Unidade Orçamentária	Execução 2010	% Total	Execução 2011	% Total	% 2011/2010
34101	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	2.042.154.604	57,7%	2.212.350.181	58,07%	8,3%
34102	MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR	156.480.270	4,4%	157.843.146	4,14%	0,9%
34103	MINISTÉRIO PÚBLICO DO DF E TERRITÓRIOS	441.191.645	12,5%	478.686.995	12,57%	8,5%
34104	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	894.559.018	25,3%	944.268.787	24,79%	5,6%
34105	ESCOLA SUPERIOR DO MPU	6.621.826	0,2%	16.204.214	0,43%	144,7%
Total		3.541.007.363	100%	3.809.553.323	100%	7,58%

Fonte: SIAFI

Todas as unidades orçamentárias apresentam aumento da despesa executada em relação ao ano de 2010, sendo que o percentual de incremento na Escola Superior do Ministério Público da União foi de 144,7%.

EXECUÇÃO DA DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - 2011



2.5 DESPESA POR GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA

A LDO para 2011 define, no art. 7º, § 2º, que os Grupos de Natureza de Despesa – GND constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto.

No Ministério Público da União a despesa orçamentária foi consignada na LOA 2011 nos GND: 1 – Pessoal e Encargos Sociais, 3 – Outras Despesas Correntes, 4 – Investimentos e 5 – Inversões Financeiras.

As despesas executadas no biênio 2010-2011, agrupadas por categoria econômica e GND, são evidenciadas a seguir:

**EXECUÇÃO DA DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA
E GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA
EXERCÍCIOS DE 2010 E 2011**

(Em R\$ 1,00)					
Categoria Econômica Grupo de Natureza de Despesa	Execução 2010	% Total	Execução 2011	% Total	% 2011/2010
Despesas Correntes	3.379.483.125	95,4%	3.498.606.367	91,8%	3,5%
Pessoal e Encargos Sociais	2.851.789.175	80,5%	2.878.565.518	75,3%	0,8%
Outras Despesas Correntes	527.693.950	14,8%	620.040.849	16,5%	18,2%
Despesas de Capital	161.524.238	4,6%	310.946.956	8,2%	92,5%
Investimentos	135.388.358	3,8%	274.159.274	6,9%	57,9%
Inversões Financeiras	25.935.880	0,7%	36.787.682	0,9%	273,6%
Total	3.541.007.363	100%	3.809.553.323	100%	7,6%

Fonte: SIAFI

Analisando a despesa executada nos anos de 2010 e 2011 observa-se aumento de 3,5% nas Despesas Correntes e 92,5% nas Despesas de Capital.

No ano de 2011, o GND 3 – Outras Despesas Correntes apresentou o maior acréscimo nominal (R\$ 95.346.899,00) e o GND 5 – Inversões Financeiras a maior elevação percentual (273,6%) em relação ao ano anterior.

2.6 DESPESA NO GND 1 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

De acordo com o art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

A dotação autorizada no exercício de 2011 para custear despesa com pessoal e encargos sociais foi de R\$ 2.903.832.576,00, correspondendo a 74,6% do total do Ministério Público da União.

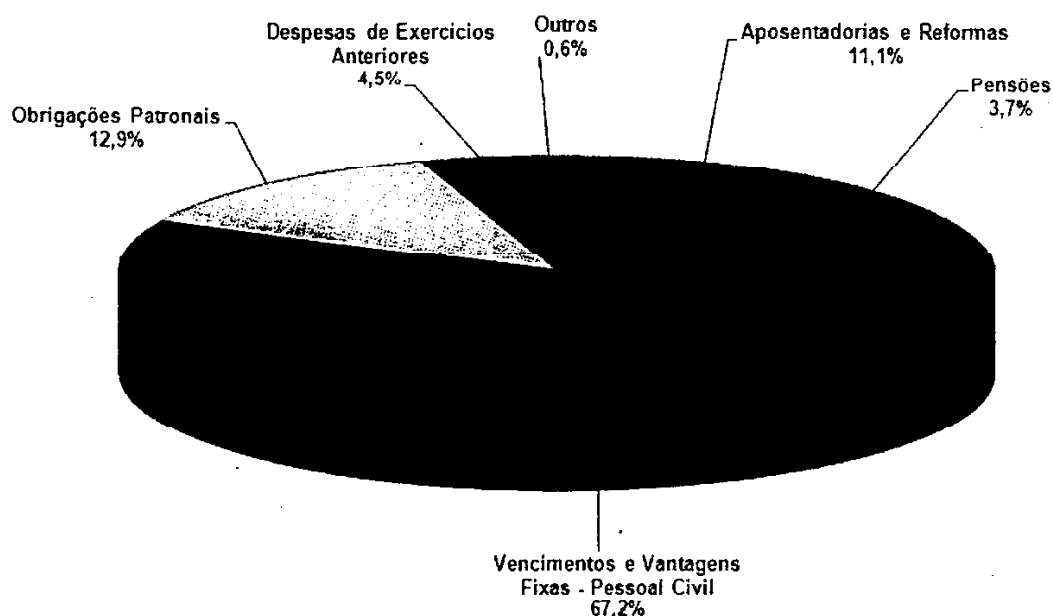
No demonstrativo a seguir, verifica-se que a execução da despesa com pessoal foi no total de R\$ 2.878.565.518,00, com acréscimo de 0,8% em relação ao ano de 2010.

EXECUÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS POR ELEMENTO DE DESPESA EXERCÍCIOS DE 2010 E 2011

(Em R\$ 1,00)						
Cod.	Elemento de Despesa	Execução 2010	% Total	Execução 2011	% Total	% 2011/2010
01	Aposentadorias e Reformas	310.272.631	10,9%	319.191.746	11,1%	2,9%
03	Pensões	103.926.145	3,6%	107.226.049	3,7%	3,2%
08	Outros Benefícios Assistências	938.076	0,0%	354.156	0,0%	-8,9%
11	Vencimentos e vantagens Fixas - Pessoal Civ.	1.841.773.190	64,5%	1.935.333.395	67,2%	5,1%
13	Obrigações Patronais	390.559.026	13,7%	370.713.687	12,9%	-5,1%
16	Outras Despesas variáveis - Pessoal Civil	8.654.864	0,3%	6.386.182	0,2%	-26,2%
91	Sentenças Judiciais	5.392.511	0,2%	5.380.896	0,2%	-0,2%
92	Despesas de Exercícios Anteriores	191.965.348	6,7%	129.775.808	4,5%	-32,4%
96	Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	1.307.384	0,0%	3.703.599	0,1%	183,3%
Total		2.854.789.175	100%	2.878.565.518	100%	0,8%

Fonte: SIAFI

A distribuição por elemento de despesa tem como finalidade identificar os objetos de gastos. Assim, constata-se que o maior aumento percentual foi de 183,3% e ocorreu no elemento "Ressarcimento de Despesa de Pessoal Requisitado". Por outro lado, a redução mais acentuada foi de 32,4% em "Despesas de Exercícios Anteriores".

EXECUÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL - 2011**2.7 DESPESA NO GND 3 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES**

Em regra, essas despesas são para manutenção e custeio da máquina administrativa e para atividades finalísticas do Órgão. Também estão inclusos os benefícios (assistência médica e odontológica, auxílio-transporte, assistência pré-escolar e auxílio-alimentação) disponibilizados aos membros e servidores do MPU.

DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DE OUTRAS DESPESAS CORRENTES
EXERCÍCIOS DE 2010 E 2011

Exercício	Dotação Autorizada (A)	Execução da Despesa (B)	(Em R\$ 100)
			B/A %
2010	53.785.780	52.693.950	95,61%
2011	63.373.115	62.040.845	97,13%
% 2011/2010	16,33%	18,17%	-

Fonte: SIAFI

A dotação autorizada para esse grupo de natureza de despesa cresceu 16,3% no exercício de 2011 e a execução da despesa acompanhou esse aumento, correspondendo a 18,2%.

**EXECUÇÃO DE OUTRAS DESPESAS CORRENTES
POR ELEMENTO DE DESPESA
EXERCÍCIOS DE 2010 E 2011**

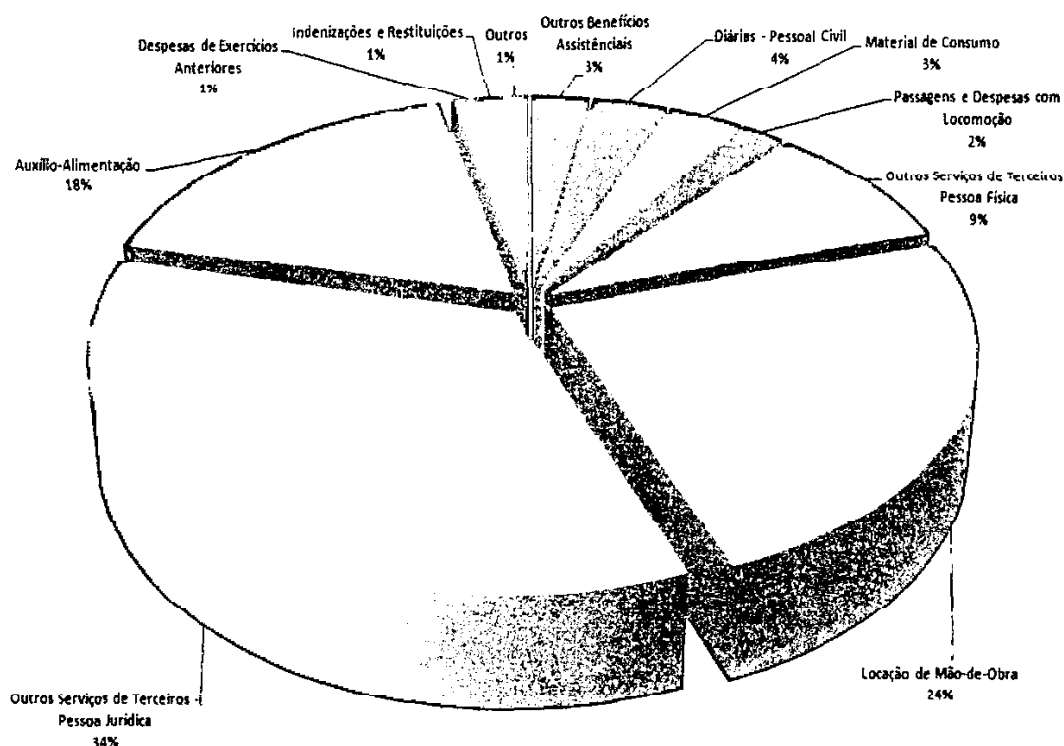
Cod.	Elemento de Despesa	Execução		Execução		(Em R\$ 1.000)
		2010	% Total	2011	% Total	% 2011/2010
03	Pensões	6.120	0,0%	6.530	0,0%	6,7%
08	Outros Benefícios Assistenciais	11.826.464	2,3%	16.452.471	2,7%	39,1%
14	Diárias - Pessoal Civil	15.760.481	3,0%	20.950.814	3,4%	32,9%
30	Material de Consumo	20.435.829	3,9%	20.859.470	3,4%	2,1%
31	Premiações Cult., Art., Cient., Desp., e Outras	100.186	0,0%	101.439	0,0%	1,3%
32	Material de Distribuição Gratuita	310.744	0,1%	199.342	0,0%	-35,8%
33	Passagens e Despesas com Locomoção	7.665.823	1,5%	11.857.044	1,9%	54,7%
35	Serviços de Consultoria	2.411.082	0,5%	3.393.530	0,5%	40,7%
36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	49.442.095	9,4%	56.192.029	9,1%	13,7%
37	Locação de Mão-de-Obra	128.056.710	24,4%	148.022.359	23,9%	15,6%
39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	171.498.697	32,7%	212.978.469	34,3%	24,2%
46	Auxílio-Alimentação	100.213.062	19,1%	111.795.897	18,0%	11,6%
47	Obrigações Tributárias e Contributivas	1.330.443	0,3%	1.733.663	0,3%	30,3%
49	Auxílio-Transporte	2.484.392	0,5%	2.219.562	0,4%	-10,7%
92	Despesas de Exercícios Anteriores	4.465.876	0,9%	7.259.672	1,2%	62,6%
93	Indenizações e Restituições	8.685.949	1,7%	6.018.557	1,0%	-30,7%
Total		524.693.950	100%	620.040.849	100%	18,2%

Fonte: SIAFI

Os maiores incrementos de gastos em 2011, em valores nominais, ocorreram nos elementos de despesas "14 – Diárias - Pessoal Civil", "36 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física", "37 – Locação de Mão-de-Obra", "39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica" e "46 – Auxílio-Alimentação", cujo o montante de aumento foi de quase oitenta e cinco milhões de reais, correspondendo a 89% do acréscimo total (R\$ 95.346.899,00) desse grupo de natureza de despesa. Por outro lado, no elemento de despesa "Indenizações e Restituições" ocorreu a principal redução (R\$ 2.667.392,00) em relação ao anterior.

A discriminação dos dispêndios no GND 3 – Outras Despesas Correntes por elemento de despesa no exercício de 2011 encontra-se evidenciada no gráfico abaixo:

EXECUÇÃO DE OUTRAS DESPESAS CORRENTES - 2011



2.8 DESPESA NO GND 4 – INVESTIMENTOS

São apropriadas como investimentos as despesas relacionadas com o planejamento e a execução de obras, inclusive as decorrentes de aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA COM INVESTIMENTOS EXERCÍCIOS DE 2010 E 2011

(Em R\$ 1.00)			
Exercício	Dotação Autorizada (A)	Execução da Despesa (B)	B/A
2010	163.541.445	135.588.358	82,91%
2011	251.040.632	214.059.774	85,27%
% 2011/2010	53,50%	57,37%	

Fonte: SIAFI

A dotação autorizada para investimentos teve um aumento de 53,5% de 2010 para 2011. A execução da despesa no ano de 2011 teve acréscimo de 57,9% em relação ao ano anterior.

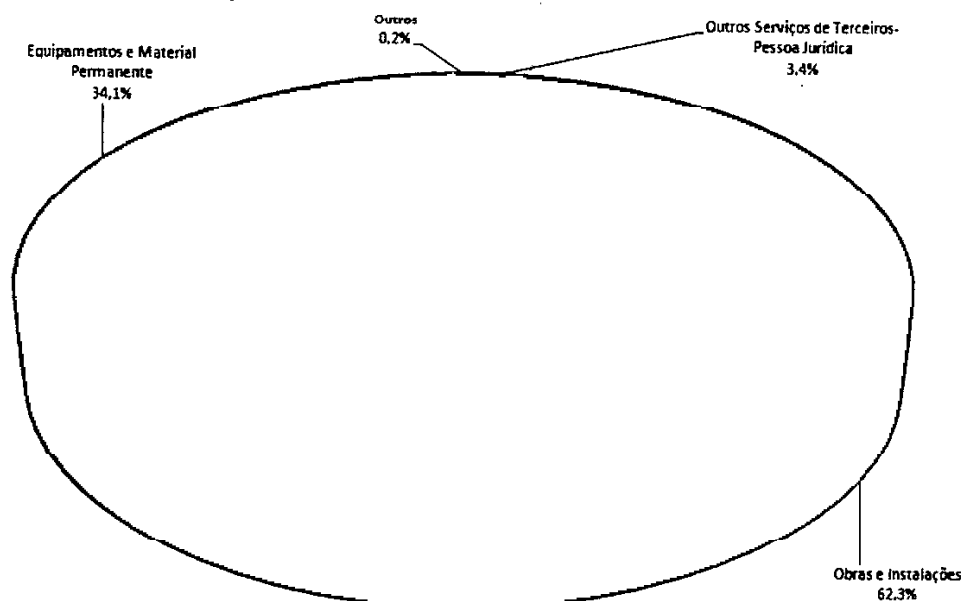
**EXECUÇÃO DA DESPESA COM INVESTIMENTOS
POR ELEMENTO DE DESPESA
EXERCÍCIOS DE 2010 E 2011**

		(Em R\$ 100)				
Cod.	Elemento de Despesa	Execução 2010	% Total	Execução 2011	% Total	% 2011/2010
30	Material de Consumo	167.218	0,1%	85.236	0,0%	-49,0%
39	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	3.519.251	2,6%	7.346.454	3,4%	108,8%
47	Obrigações Tributárias e Contributivas - Op. Intra-Orç.			2.113	0,0%	
51	Obras e Instalações	73.765.436	54,4%	133.416.194	62,3%	80,9%
52	Equipamentos e Material Permanente	57.970.792	42,8%	72.891.506	34,1%	25,7%
92	Despesas de Exercícios Anteriores	165.661	0,1%	318.271	0,1%	92,1%
Total		135.598.358	100%	214.059.774	100%	57,9%

Fonte: SIAFI

Os dispêndios com investimentos em 2011 atingiram um montante de R\$ 214.059.774,00, o que significa aumento de R\$ 78.471.416,00 em relação ao exercício de 2010.

EXECUÇÃO DA DESPESA COM INVESTIMENTOS - 2011



2.9 DESPESA NO GND 5 – INVERSÕES FINANCEIRAS

Classificam-se como inversões financeiras as dotações destinadas à aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas.

EXECUÇÃO DA DESPESA COM INVERSÕES FINANCEIRAS POR ELEMENTO DE DESPESA EXERCÍCIOS DE 2010 E 2011

		(Em R\$ 1,00)		
CC-1	Elemento de Despesa	Execução 2010	Execução 2011	% 2011/2010
61	Aquisição de Imóveis	25.935.880	96.887.182	273,6%
Total		25.935.880	96.887.182	273,6%

Fonte: SIAFI

Observa-se um aumento de 273,6% na execução da despesa quando comparado com o montante executado em 2010.

2.10 EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR

Os restos a pagar correspondem aos compromissos assumidos (aquisição de materiais/serviços/obras) pela administração pública, ou seja, despesas empenhadas, mas não pagas, até 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas (2º estágio da despesa – liquidação já ocorreu) das não processadas.

Outrossim, o art. 42 da LRF veda a inscrição de restos a pagar (processados e não processados) sem que haja a suficiente disponibilidade de caixa assegurada para esse fim. No manual SIAFI (código 02.03.17 – Restos a Pagar) é estabelecida a proibição de inscrever as despesas relacionadas a diárias, ajuda de custo e suprimento de fundos. Em consonância com as restrições acima, foram realizadas as conferências e ajustes necessários dos valores passíveis de inscrição.

Os valores inscritos em restos a pagar no final do exercício de 2010, incluídos os valores referentes a exercícios anteriores que foram prorrogados, são demonstrados abaixo:

RESTOS A PAGAR POR CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE DESPESA INSCRIÇÃO ATÉ 2010

(Em R\$ 100)

Grupo de Natureza de Despesa	Processados		Não-Processados		Total	
	Inscritos	%	Inscritos	%	Inscritos	%
Despesas Correntes	4.718.708	98,2%	141.695.860	44,5%	146.414.568	45,3%
Pessoal e Encargos Sociais			64.653.442	20,3%	64.653.442	20,0%
Outras Despesas Correntes	4.718.708	98,2%	77.042.418	24,2%	81.761.126	25,3%
Despesas de Capital	84.291	1,8%	176.540.816	55,5%	176.625.107	54,7%
Investimentos	84.291	1,8%	151.245.016	47,5%	151.329.307	46,8%
Inversões Financeiras			25.295.800	7,9%	25.295.800	7,3%
Total	4.802.999	100%	318.236.676	100%	323.039.675	100%

Fonte: SIAFI

A tabela a seguir evidencia as inscrições dos restos a pagar segundo o ano no qual a despesa foi empenha e a respectiva execução no exercício de 2011:

RESTOS A PAGAR POR ANO DO EMPENHO EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2011

(Em R\$ 100)

Ano de Inscrição	Restos a Pagar Processados				Restos a Pagar Não-Processados			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2005	58.331	48.582	5.398	4.351				
2007	9.690		662	9.028	26.685.428	26.143.713	541.922	22.793
2008	1.796.001	445	799.735	995.821	10.191.081	7.393.574	2.176.054	621.453
2009	214.223	4.752	116.170	93.301	45.541.766	15.036.047	22.055.931	3.449.788
2010	2.724.754	3.870	2.521.984	198.900	235.813.401	51.968.284	152.710.699	31.139.418
Total	4.802.999	57.649	3.443.949	1.301.401	318.236.676	100.541.618	182.461.606	35.233.452

Fonte: SIAFI

Quanto aos restos a pagar não processados, verifica-se que 57% dos valores inscritos foram pagos e 32% cancelados. Restaram 11% a pagar, os quais foram prorrogados observando o disposto no art. 68 do Decreto nº 93.872/1986.

3. GESTÃO FISCAL

A Lei Complementar nº 101/2000 estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e determina que os entes federativos e o Ministério Público deverão elaborar e publicar o Relatório de Gestão Fiscal – RGF, com o propósito de assegurar a transparência dos gastos públicos, verificar a consecução das metas fiscais e a observância dos limites fixados pela lei.

O art. 54 da LRF determina que ao final de cada quadrimestre sejam publicados os demonstrativos que compõem o RGF. As regras de elaboração são definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que é o órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, sendo atualizadas anualmente e disponibilizadas na forma de manual.

No âmbito do Ministério Público da União, os demonstrativos exigidos são:

- ✓ **Despesa com Pessoal**, evidenciando as despesas com ativos, inativos e pensionistas;
- ✓ Montante das **disponibilidades de caixa** em trinta e um de dezembro;
- ✓ **Inscrição em Restos a Pagar** das despesas liquidadas e das não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa, e das não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados; e
- ✓ **Demonstrativo simplificado do RGF**.

As informações necessárias ao preenchimento do Demonstrativo da Despesa com Pessoal foram obtidas do grupo de natureza de despesa “Pessoal e Encargos Sociais”, abrangendo as despesas com Ativos e Inativos, observando as deduções estabelecidas na LRF, art. 19, §1º.

3.1 DESPESA TOTAL COM PESSOAL

O Demonstrativo da Despesa com Pessoal do MPU contempla os dispêndios com os membros e servidores do Ministério Público Federal, Ministério Público Militar, Ministério Público do Trabalho, da Escola Superior do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público, este último incluído até a fixação do percentual próprio, por lei, para o referido Órgão, conforme disposto na Portaria PGR nº 192/2010.

Este demonstrativo é apresentado levando em consideração a despesa executada no biênio 2010-2011, possibilitando analisar a variação ocorrida no período.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIOS DE 2010 E 2011

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

(Em R\$ milhões)

<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	<u>DESPESA EXECUTADA 2010</u>	<u>DESPESA EXECUTADA 2011</u>	<u>2011/2010</u>
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.484.037	2.531.201	1,90%
Pessoal Ativo	2.062.846	2.101.030	1,85%
Pessoal Inativo e Pensionistas	421.191	430.171	2,13%
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 13 da LRF)			
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	520.002	483.060	-7,10%
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			
- Decorrentes de Decisão Judicial			
- Despesas de Exercícios Anteriores	138.224	83.583	-59,57%
- Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	381.778	399.477	10,44%
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (III) = (I - II)	1.964.035	2.048.141	4,28%

<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</u>	<u>VALOR</u>		<u>2011/2010</u>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	499.866.613	558.706.387	11,77%
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III / IV) * 100	0,39%	0,37%	-6,70%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,60%	2.999.200	3.352.238	11,77%
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,57%	2.849.240	3.184.626	11,77%

Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal

A Despesa Total com Pessoal teve acréscimo de 4,3% entre os anos analisados. Entretanto, considerando a DTP sobre a RCL, observa-se redução de 6,7%.

Ademais, verifica-se que em ambos os exercícios foram respeitados os limites máximo (0,6%) e limite prudencial (0,57%), estabelecidos nos artigos 20 e 22 da LRF.

Quanto ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, os valores correspondentes são apresentados em demonstrativo próprio, visto que possui limite máximo 0,092% e prudencial 0,0874% da receita corrente líquida (Decreto nº 3.917/2001, art. 2º, inc. II, alterado pelo Decreto nº 6.334/2007).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIOS DE 2010 E 2011

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

		(Em R\$ milhares)	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADA 2010	DESPESA EXECUTADA 2011	2011/2010
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	386.827	367.603	-4,97%
Pessoal Ativo	330.560	317.802	-3,86%
Pessoal Inativo e Pensionistas	56.267	49.801	-11,49%
Obrigações de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	82.086	56.202	-31,53%
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			
Decorrentes de Decisão Judicial			
Despesas de Exercícios Anteriores	34.196	30.238	-11,58%
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	47.890	45.921	-4,01%
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (III) = (I - II)	304.741	311.401	2,19%

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR		2011/2010
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	499.866.613	558.706.387	11,77%
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III / IV) * 100	0,0610%	0,0557%	8,58%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,092%	459.877	514.010	11,77%
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,0874%	436.883	488.309	11,77%

Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal

No ano de 2011 as despesas com pessoal no MPDFT atingiram o índice de 0,0557% da RCL, estando distante dos limites máximo e prudencial.

A Despesa Total com Pessoal teve aumento de 2,2% no período de 2010-2011, enquanto que a DTP sobre a RCL apresenta variação negativa de 8,6%.

No demonstrativo a seguir, observa-se que houve no exercício de 2011 uma redução no percentual de comprometimento das despesas de pessoal em relação à RCL no MPU e no MPDFT, repetindo o ocorrido no exercício anterior.

DESPESA TOTAL COM PESSOAL X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
EXERCÍCIOS DE 2007 A 2011

(Em R\$ milhares)					
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Despesa Total com Pessoal (A)	1.385.536	1.667.856	1.866.304	1.964.035	2.048.141
Receita Corrente Líquida (B)	386.681.857	428.563.288	437.199.421	499.866.613	558.706.387
A/B (%)	0,36%	0,39%	0,43%	0,39%	0,37%
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DF E TERRITÓRIOS	2007	2008	2009	2010	2011
Despesa Total com Pessoal (A)	214.038	235.870	285.739	304.741	311.401
Receita Corrente Líquida (B)	386.681.857	428.563.288	437.199.421	499.866.613	558.706.387
A/B (%)	0,0554%	0,0550%	0,0654%	0,0610%	0,0557%

Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal

Levando em consideração somente o exercício de 2011, verifica-se que as despesas com pessoal no MPU e no MPDFT não atingiram 65% do limite prudencial, indicando uma situação confortável em ambos os Órgãos.

**DESPESA TOTAL COM PESSOAL
EXERCÍCIO DE 2011**

(Em R\$ milhões)

Discriminação	Despesa Total com Pessoal (DTP)	DTP/RCL (A)	Limite Legal (B)	Limite Prudencial (C)	Realizado / Limite Legal (A/B)	Realizado / Limite Prudencial (A/C)
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	2.048.141	0,37%	0,60%	0,57%	61,10%	54,31%
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DF E TERRITÓRIOS	311.401	0,0557%	0,0920%	0,0874%	60,58%	63,77%
Total	2.359.542	0,4223%	0,6920%	0,6574%	61,03%	64,24%

Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal

3.2 DISPONIBILIDADE DE CAIXA

Este demonstrativo visa verificar a existência de recursos financeiros suficientes para atender a inscrição em Restos a Pagar, fazendo parte do RGF somente no último quadrimestre.

Na determinação da disponibilidade de caixa são considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício seguinte, conforme dispõe a LRF, art. 42, parágrafo único.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011**

RCF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados (50)	4.932		4.932
Contribuição Social sobre o Lucro Pessoas Jurídicas (51)	72		72
Contribuição p/ Financ. Seguridade Social (53)	5		5
Contribuição Plano Seguridade Social Servidor (56)	2.088	13	2.075
Contribuição Patronal p/ Plano de Segur. Social Serv. (69)	68	2	66
Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (78)	137		137
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	7.302	15	7.287
Recursos Ordinários (90)	572.734	40.315	532.419
Recursos Diversos (90)	32	14	18
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	572.766	40.329	532.437
TOTAL (III) = (I + II)	580.068	40.344	539.724

FONTE: Relatório de Gestão Fiscal

Neste demonstrativo está evidenciado que o MPU teve disponibilidade financeira suficiente para a inscrição dos restos a pagar não processados, apresentando saldo total em torno de R\$ 539 milhões no final do exercício de 2011.

3.3 RESTOS A PAGAR INSCRITOS

O demonstrativo abaixo evidencia as despesas empenhadas que não foram pagas no exercício, sendo, consequentemente, inscritas em restos a pagar. Também são apresentados os restos a pagar não processados de exercícios anteriores que foram prorrogados. Esse demonstrativo integra o RGF somente no último quadrimestre.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

(Em R\$ milhares)

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPEINHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados (50)				496	4.932	
Contribuição Social sobre o Lucro Pessoas Jurídicas (51)					72	
Contribuição p/ Financ. Seguridade Social (53)					5	
Contribuição Plano Seguridade Social Servidor (56)			13	404	2.075	
Contribuição Patronal p/ Plano de Segur. Social Serv. (59)			2	60	66	
Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (78)				137	137	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)			15	1.097	7.287	
Recursos Ordinários (00)	1.386	3.735	35.134	366.679	532.437	
Recursos Diversos (90)						
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.386	3.735	35.134	366.679	532.437	
TOTAL (III) = (I + II)	1.386	3.735	35.149	367.776	539.724	

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal

Os restos a pagar não processados são despesas empenhadas por conta do orçamento do ano corrente e que ainda não passaram pela etapa de liquidação, tendo validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, ressalvado o disposto no § 3º do art. 68 do Decreto nº 93.872/1986. Assim, verifica-se que do total das despesas executadas utilizando a dotação autorizada para 2011, apuradas no Balanço Financeiro do MPU, 9,7% correspondem a inscrição de RP não processados, conforme abaixo demonstrado:

ÍNDICE DE INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS

$$\frac{\text{Inscrição em RP não-processados}}{\text{Despesa Executada}} \times 100 = \frac{367.776}{3.809.553} = 9,65\%$$

3.4 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

No intuito de facilitar o acompanhamento e a verificação dos limites fixados pela LRF, foi estabelecida pela STN uma versão simplificada do Relatório de Gestão Fiscal, evidenciando os limites comprometidos. Tal fato, entretanto, não desobriga da publicação dos demais demonstrativos.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

LRF, art. 48 - Anexo VII

(Em R\$ milhões)

DESPESA COM PESSOAL - MPU	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DIP	2048.141	0,57%
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,60%	3352,238	0,60%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) 0,57%	3.184,626	0,57%

DESPESA COM PESSOAL - MPDET	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DIP	511.401	0,0557%
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,092%	514.010	0,0920%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) 0,0874%	488.309	0,0874%

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	367.776	367.776

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal

4. DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

Os resultados gerais do exercício são demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais, em conformidade com o art. 101, da Lei 4.320/1964.

4.1 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O demonstrativo abaixo evidencia a receita prevista e a realizada, a despesa fixada e a respectiva execução e o resultado orçamentário do período (superávit ou déficit).

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO EXERCÍCIO DE 2011

(Em R\$ 100)

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	TÍTULOS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO
RECEITAS CORRENTES	3.052.980	9.627.937	INICIAL/SUPLEMENTAR	3.893.448.986	3.809.553.323
RECEITAS DE CAPITAL			ESPECIAIS	7.463.016	5.937.432
Subtotal	3.052.980	9.627.937	Subtotal	3.893.448.986	3.809.553.323
Excesso de Arrecadação	770.000				
Déficit Total		3.799.925.385	Superávit Total		
Total	3.822.980	3.809.553.323	Total	3.893.448.986	3.809.553.323

Fonte: SIAFI

Analisando os valores que compõem este balanço, verifica-se que ocorreu uma economia na execução da despesa na importância de R\$ 83.895.663,00, correspondendo ao total de saldo na conta 29211.00.00 – Crédito Disponível (R\$ 68.258.070,00) e na conta 29212.01.02 – Crédito Bloqueado para Controle Interno (R\$ 15.637.593,00), relativo ao contingenciamento orçamentário feito no ano de 2011.

4.2 BALANÇO FINANCEIRO

Tem por finalidade demonstrar as receitas arrecadadas e as despesas orçamentárias realizadas durante o exercício financeiro, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extra-orçamentária, indicando-se, também, os saldos provenientes do exercício anterior e aqueles que serão transferidos para o exercício seguinte.

BALANÇO FINANCEIRO EXERCÍCIO DE 2011

		(Em R\$ 100)	
INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
INGRESSOS ORÇAMENTÁRIOS	7.877.420.454	DISPÊNDIOS ORÇAMENTÁRIOS	7.877.420.454
Receitas Orçamentárias	9.627.938	Despesas Orçamentárias	3.809.553.323
Receitas Correntes	9.627.938	Despesas Correntes	1.411.810.587
Receitas de Capital		Despesas de Capital	1.397.742.736
Transferências Recebidas	7.867.792.421	Transferências Concedidas	4.066.586.634
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	1.204.260.349	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	1.204.260.349
Valores em Circulação	4.161.643,7	Valores em Circulação	579.935.777
Valores Pendentes a Curto Prazo	253.838.246	Valores Pendentes a Curto Prazo	217.807.851
Obrigações	18.794	Obrigações	1.131.474
Obrigações em Circulação	500.570.647	Obrigações em Circulação	321.411.214
Ajustes de Diretoria e Delegações	62.345	Ajustes de Diretoria e Delegações	1.131.474
DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	1.204.260.349	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	1.204.260.349
TOTAL INGRESSOS	9.081.680.803	TOTAL DISPÊNDIOS	9.081.680.803

Fonte: SIAFI

As transferências recebidas correspondem à quase totalidade dos ingressos orçamentários, atingindo 99,88%.

Os ingressos extra-orçamentários somam R\$ 1.204.260.349,00. Os valores em circulação, os valores pendentes a curto prazo e as obrigações em circulação representam 99,99% do total desse agrupamento.

As despesas correntes correspondem a 44,4% dos dispêndios orçamentários, enquanto as transferências concedidas respondem por 51,6%.

Com relação aos dispêndios extra-orçamentários, verifica-se que os valores em circulação (48,1%), os valores pendentes a curto prazo (19,7%) e as obrigações em circulação (26,8%) foram os itens mais relevantes desse grupo.

4.3 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial visa demonstrar a situação estática dos bens, direitos e obrigações, indicando a situação econômico-financeira do ente público em determinado momento.

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIO DE 2011

(Em R\$ 1,00)

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO FINANCEIRO	720.494.047	PASSIVO FINANCEIRO	615.950.184
Disponíveis	239.438	Depósitos	89.174
Créditos em Circulação	579.828.584	Obrigações em Circulação	403.832.029
Valores Pendentes a Curto Prazo	140.426.025	Valores Pendentes a Curto Prazo	207.640.701
		Passivo Financeiro a Longo Prazo	103.343
ATIVO NÃO-FINANCEIRO	1.134.659.317	PASSIVO NÃO-FINANCEIRO	402.925.418
Realizável a Curto Prazo	16.668.016	Obrigações em Circulação	402.925.418
Permanente	1.127.991.301		
ATIVO REAL	2.065.153.364	PASSIVO REAL	218.024.736
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.857.128.627
		Patrimônio Líquido	0
		Ajustes de Exercícios Anteriores	26.659.070
		Superávits ou Déficits Acumulados	1.878.787.697
ATIVO COMPENSADO	271.824.152	PASSIVO COMPENSADO	271.824.152
TOTAL ATIVO	2.336.977.816	TOTAL PASSIVO	2.336.977.816

Fonte: SIAFI

De acordo com o § 2º do art. 43 da Lei 4.320/1964, a diferença positiva resultante do encontro das contas de registro patrimonial do Ativo Financeiro e do Passivo Financeiro é entendida como superávit financeiro. Assim, verifica-se um superávit financeiro na ordem de R\$ 104.543.863,00.

4.4 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Tem como objetivo mostrar todas as alterações (variações positivas e negativas) ocorridas no patrimônio da entidade, verificadas no exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício, de acordo com o art. 104 da Lei 4.320/1964.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS EXERCÍCIO DE 2011

(Em R\$ 1,00)

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
ORÇAMENTÁRIAS	8.328.783.329	ORÇAMENTÁRIAS	7.871.430.592
Receitas Orçamentárias	9.627.937	Despesas Orçamentárias	3.809.553.323
Correntes	9.800.304	Correntes	3.498.606.367
Capital		Capital	310.946.956
Deduções da Receita	-172.367		
Interferências Ativas	7.867.530.606	Interferências Passivas	4.060.756.361
Mutações Ativas	451.624.786	Mutações Passivas	1.120.908
Incorporação de Ativos	83.848.567	Desincorporações de Ativos	1.120.908
Desincorporação de Passivos	367.776.219		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	685.713.080	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	876.743.434
Interferências Ativas	3.712.863	Interferências Passivas	9.281.321
Acréscimos Patrimoniais	682.000.218	Decréscimos Patrimoniais	867.462.113
Incorporação de Ativos	273.494.603	Desincorporações de Ativos	290.623.552
Ajustes de Bens, Valores e Créditos	31.468.376	Ajustes de Bens, Valores e Créditos	17.337.839
Desincorporação de Passivos	377.013.016	Incorporação de Passivos	550.590.722
Ajustes de Exercícios Anteriores	24.222	Ajustes de Exercícios Anteriores	
		RESULTADO PATRIMONIAL	266.322.383
		SUPERÁVIT	266.322.383
TOTAL VARIAÇÕES ATIVAS	9.014.496.409	TOTAL VARIAÇÕES PASSIVAS	9.014.496.409

Fonte: SIAPF

As Variações Ativas totalizaram R\$ 9.015 milhões, sendo formadas de Variações Ativas Orçamentárias de R\$ 8.329 milhões (92%) e Variações Ativas Extra-Orçamentárias de R\$ 686 milhões (8%).

As Variações Passivas (não incluído o resultado patrimonial) apresentam um montante de R\$ 8.748 milhões, dos quais R\$ 7.871 milhões (90%) como Orçamentárias e R\$ 877 milhões (10%) de Extra-Orçamentárias.

O Resultado Patrimonial apurado foi de R\$ 266 milhões, composto de R\$ 457 milhões do Resultado Orçamentário menos R\$ 191 milhões do Resultado Extra-Orçamentário.

Convém destacar que no âmbito do Ministério Público da União não ocorreu alienação de ativos de que trata o inciso VI do artigo 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

4.5 COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS

COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO DE 2011

(Em R\$ 100)

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	VALOR
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	239.438
OUTRAS CONTAS BANCÁRIAS	239.438
TOTAL	239.438

COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	VALOR
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	579.828.584
CRÉDITOS A RECEBER	-579.828.584
Receitas Especiais a Receber	-579.828.584
Saldo do Sique com Antecipação de Pagamento	-579.828.584
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	020.426.025
RECURSO DIFERIDO CONCEDIDO	-140.426.025
DEPÓSITOS	65.588
CONSIGNAÇÕES	5.030
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	18.456
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	65.588
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	408.021.410
OBRIGAÇÕES A PAGAR	408.021.410
Fornecedores	5.395.862
Do Exercício	1.701.284
De Exercícios Anteriores	3.694.578
Restos a Pagar	-402.925.448
Do Exercício	-402.925.448
CREDORES DIVERSOS	796
Débitos Diversos a Pagar	796
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	9.823
Saque por Cartão de Crédito Corporativo	9.823
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	207.640.738
RECURSO DIFERIDO RECEBIDO	207.640.738
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	188.343
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	188.343
SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	104.609.852
DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS	171.758.575
DISPONIBILIDADE DE RECURSO DIFERIDO	-67.214.712
Disponibilidade de Cota O.F. a Receber	-67.214.712
Disponibilidade Especial O.F. a Receber	-140.426.025
Disponibilidade Suborçamentada O.F. a Receber	140.426.025
TOTAL	239.438

Fonte: SIAFI

4.6 CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS

Os atos e os fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, referentes ao exercício financeiro de que trata esta prestação de contas, foram realizados com observância aos princípios e normas de Contabilidade Pública e aos procedimentos contábeis estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional.

A conformidade contábil das Unidades Gestoras do MPU foi efetuada respeitando as disposições do Manual de Análise dos Demonstrativos e Auditores Contábeis e da Norma de Encerramento do Exercício, ambos disponibilizados no Manual SIAFI Web, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC, não sendo identificada impropriedade que ocasionasse o registro de restrição na conformidade contábil do órgão superior Ministério Público da União no final do exercício de 2011.

Por conseguinte, verifica-se que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320/1964) expressam adequadamente, em seus aspectos relevantes, as situações orçamentária, financeira e patrimonial do Ministério Público da União em 31 de dezembro de 2011.

Cabe informar que a contabilidade do MPU é da competência da Auditoria Interna do Ministério Público da União.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relatório de prestação de contas evidencia as informações solicitadas no Aviso nº 08/2011 – Gab. JM, do Tribunal de Contas da União, bem como demonstra a gestão dos recursos públicos disponibilizados ao Ministério Público da União, os quais foram aplicados observando as normas constitucionais, legais, regulamentares e de execução orçamentária e financeira do orçamento público federal.

Brasília-DF, 20 de março de 2012.



ANTÔNIO PEREIRA DE CARVALHO
Coordenador de Controle e Análise Contábil



MARA SANDRA DE OLIVEIRA
Secretária de Orientação e Avaliação



EDSON ALVES VIEIRA
Auditor-Chefe, em exercício

6 – ANEXO

 PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CAMPUS II, 900 PAVIL. 1, BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL
PGR-GABPGR- 007530 /2011

 **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**
Cabinete do Ministro José Múcio

Aviso nº 08/2011 – Gab. JM

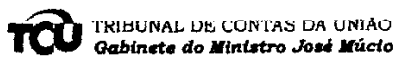
Brasília, 1º de novembro de 2011.

Senhor Procurador-Geral.

Em face do que estabelece o inciso I do art. 71 da Constituição Federal, o Tribunal de Contas da União aprecia e emite parecer prévio conclusivo acerca das Contas prestadas pelo Presidente da República. Na condição de Relator das Contas do Governo da República referentes ao exercício de 2011, solicito a Vossa Excelência, com base nos arts. 221, § 1º, e 224 do Regimento Interno desta Corte de Contas, o encaminhamento das seguintes informações, entre outras que julgar relevantes, para fins de subsidiar o referido relatório:

- a) os resultados alcançados pelos programas sob responsabilidade do órgão, destacando, para cada uma das ações integrantes dos mesmos: os montantes de recursos orçados, liquidados, pagos e inscritos em restos a pagar não processados, bem como as metas físicas previstas e realizadas, comentando os resultados observados;
- b) análise da execução dos orçamentos fiscal e da seguridade social, no âmbito desse órgão, com destaque para os principais aspectos da composição dos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, bem como para a Demonstração das Variações Patrimoniais, destacando a arrecadação de receitas prevista e realizada, assim como a origem e o destino dos recursos provenientes da alienação de ativos (inciso VI do art. 50 da LRF), e para a Composição das Disponibilidades Financeiras; e
- c) notas explicativas que indiquem os principais critérios contábeis adotados no exercício e explicações para eventuais variações patrimoniais relevantes, em complementação às demonstrações contábeis, com destaque para a análise consubstanciada das restrições apuradas nas conformidades contábeis de Órgão Superior junto ao Sistema Siafi, a que departamento ou setor a contabilidade do órgão está subordinada, além de outras informações que sejam julgadas pertinentes e necessárias para a análise das Contas do Governo do exercício de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
Procurador-Geral da República – PGR
Brasília-DF



Na oportunidade, com a certeza de sua atenção, aproveito para renovar a V. Excelência os meus mais sinceros e antecipados agradecimentos.

Respeitosamente,

JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Ministro-Relator



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. – 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361**, fax:3303-1053
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 54 páginas
(OS: 11265/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

